

FALS
FACULDADE DO LITORAL SUL PAULISTA

DIANA MACEDO RODRIGUES
FERNANDO NERIS NAKANEJO
LUCIANA DIAS
OBERDAN FONTES DORMUNDO
SIMONE SILVA DA LUZ

TURISMO DE AVENTURA: Uma proposta em Praia Grande -
Cachoeira do Guariúma

PRAIA GRANDE
2007

**DIANA MACEDO RODRIGUES
FERNANDO NERIS NAKANEJO
LUCIANA DIAS
OBERDAN FONTES DORMUNDO
SIMONE SILVA DA LUZ**

**TURISMO DE AVENTURA: Uma proposta em Praia Grande -
Cachoeira do Guariúma**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade do Litoral Sul Paulista – FALS – para
obtenção do título de Bacharel em Turismo, sob
orientação da Profª Ms. Ivanir Rizzo Gloeden.

**FACULDADE DO LITORAL SUL PAULISTA - FALS
PRAIA GRANDE
2007**

**DIANA MACEDO RODRIGUES
FERNANDO NERIS NAKANEJO
LUCIANA DIAS
OBERDAN FONTES DORMUNDO
SIMONE SILVA DA LUZ**

**TURISMO DE AVENTURA: Uma proposta em Praia Grande -
Cachoeira do Guariúma**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
como exigência parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Turismo à Faculdade do Litoral Sul.

**PRAIA GRANDE
2007**

Agradecemos à Deus, que nos deu a luz para essas
compreensões, e essa belíssima natureza.

Às nossas famílias pelo apoio e compreensão.

À nossa orientadora Prof^a Ms. Ivanir Rizzo Gloeden, pelo
incentivo e apoio, e a todos aqueles que colaboraram e
contribuíram direta e indiretamente pela realização deste
trabalho, em especial à todos da Secretaria de Turismo de
Praia Grande.

RESUMO

O presente trabalho acadêmico propõe uma implantação de produto turístico em Praia Grande, especificamente na Cachoeira do Guariúma, que faz parte do Parque Ecológico Estadual Itutinga Pilões. Foi sugerida a implantação de esportes de aventura nessa área, juntamente com um planejamento adequado e um trabalho de conscientização e preservação ambiental, tanto dos turistas como dos munícipes, para posteriores formatações e adaptações adequadas, de acordo com as necessidades e expectativas dos visitantes.

Palavras - chaves: Ecoturismo, Turismo de Aventura e Sustentabilidade.

RESUMEN

El actual trabajo académico considera una implantación del producto turístico en Praia Grande, específicamente en la cascada del Guariúma, que es parte de del parque ecológico del estado Itutinga Pilonas. La implantación de deportes de la aventura en esta área fue sugerida, junto con un planeamiento adecuado y un trabajo del conocimiento y la preservación ambiental, tanto de los turistas en fecha los ciudadanos, para los formataciones posteriores y las adaptaciones ajustadas, de acuerdo con las necesidades y las expectativas de los visitantes.

Palabras - llaves: Ecoturismo, Turismo de Aventura y Sustentabilidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Construção da Ponte Pêncil em 1914	15
Figura 2- Construção da Ponte Pêncil em 1914	15
Figura 3- Bairro Solemar	15
Figura 4- Avenida Presidente Kennedy nos anos 60.....	15
Figura 5- Turismo da cidade nas décadas de 60 e 70.....	16
Figura 6- Terrenos loteados na década de 20	16
Figura 7- Orla da praia nos anos 90.....	16
Figura 8- Ciclovia nos anos 90.....	16
Figura 9- Foto da Vila Olímpica nos Jogos Abertos do Interior	17
Figura 10- Foto da Vila Olímpica nos Jogos Abertos do Interior	17
Figura 11- Pista de skate	18
Figura 12- Pista de skate	18
Figura 13- Portal da Praia Grande	19
Figura 14- Orla Marítima	19
Figura 15- Avenida dos Sindicatos.....	20
Figura 16- Fortaleza de Itaipu	20
Figura 17- Fortaleza de Itaipu	20
Figura 18- Praias	20
Figura 19- Praias	20
Figura 20- Praias	20
Figura 21- Portinho.....	21
Figura 22- Jet ski e Banana boat	21
Figura 23- Feiras de artesanato	21
Figura 24- Ciclovias.....	22
Figura 25- Calçadão das Artes.....	22
Figura 26- Litoral Plaza Shopping	22
Figura 27- Boqueirão Praia Shopping.....	22
Figura 28- Cachoeira do Guariúma.....	48
Figura 29- Cachoeira do Guariúma.....	48
Figura 30- Cachoeira do Guariúma.....	50
Figura 31- Cachoeira do Guariúma.....	50
Figura 32- Esquematização do Plano de Marketing	69
Figura 33- Arvorismo contemplativo.....	70
Figura 34- Arvorismo Acrobático.....	71
Figura 35- Montain bike.....	72
Figura 36- Trekking	73
Figura 37- Trekking	73
Figura 38- Rapel.....	74
Figura 39- Canyoning	75
Figura 40- Tirolesa	76
Figura 40- Parque de dunas em frente à praia	81
Figura 41- Parque de dunas em frente à praia	81
Figura 42- Avenida dos Sindicatos.....	82
Figura 43- Portinho.....	82
Figura 44- Portinho.....	82
Figura 45- Arena para casa de Portugal	83
Figura 46- Centro de tradições regionais	84

Figura 47- Centro de tradições regionais	84
Figura 48- Cachoeira do Guariúma	98
Figura 49- Cachoeira do Guariúma	98
Figura 50- Cachoeira do Guariúma	98
Figura 51- Cachoeira do Guariúma	98
Figura 52- Cachoeira do Guariúma	98
Figura 53- Cachoeira do Guariúma	98
Figura 54- Demonstração de Planilha de Navegação	107
Gráfico 1- Motivações segundo perfil (iniciante ou experiente)	65
Gráfico 2- Expectativas médias dos participantes iniciantes	66
Gráfico 3- Expectativas médias dos participantes experientes	66
Gráfico 4- Modalidades em ordem crescente segundo a preferência média dos Participantes	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A HISTÓRIA DE PRAIA GRANDE.....	15
1.1 INÍCIO DO TURISMO EM PRAIA GRANDE.....	16
1.2 PRAIA GRANDE ATUALMENTE	18
1.2.1 Projetos turísticos.....	20
1.2.2 Pontos turísticos de Praia Grande	21
1.3 RECURSOS NATURAIS DE PRAIA GRANDE	25
1.3.1 Leis sobre os recursos naturais e áreas de proteção	26
1.4 O TURISMO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	26
2 INTRODUÇÃO AO TURISMO E SUAS IMPLICAÇÕES	29
2.1 IMPACTOS ECONÔMICOS NO TURISMO	31
2.2 IMPACTOS SOCIOCULTURAIS.....	32
2.3 IMPACTOS DO TURISMO NO MEIO AMBIENTE	34
2.3.1 Educação ambiental	36
2.4 IMPORTÂNCIA DO TURISMO NAS CIDADES RECEPTORAS	37
2.5 TIPOS DE CONCEITUAÇÃO DO TURISMO NA NATUREZA	37
2.5.1 Turismo de Natureza.....	38
2.5.2 Ecoturismo.....	39
2.5.3 Turismo sustentável	39
2.5.4 Turismo de Aventura	40
2.6 A POTENCIALIDADE DO TURISMO DE AVENTURA EM PRAIA GRANDE	41
2.6.1 Atividades de aventura de caráter recreativo	43
2.6.2 Atividades práticas	44
3 PROPOSTAS DO TURISMO DE AVENTURA EM PRAIA GRANDE	46
3.1 Qualidade de vida e Responsabilidade Social.....	48
3.2 Local de implantação do produto turístico: Cachoeira do Guariúma...	50
3.3 CRITÉRIOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	52
3.3.1 Critérios de Manejo e administração verde da proposta.....	53
3.3.2 Manejo de Trilhas.....	54
3.3.2.1 Classificação de trilhas	55
3.3.3 Rally a pé de Regularidade	57
3.4 AGÊNCIA OPERADORA	62
3.5 ENTREVISTA COM A INSTRUTORA DE TÉCNICAS VERTICAIS – JÉSSICA	62
3.6 POSSÍVEIS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS NO ATRATIVO	66
3.7 MOTIVAÇÃO E EXPECTATIVAS DOS TURISTAS EM RELAÇÃO AO TURISMO DE AVENTURA	66
3.7.1 Plano de Marketing Turístico.....	70
3.8 DESCRIÇÃO DOS ESPORTES DE AVENTURA A SEREM IMPLANTADOS	72
3.9 NOVAS TENDENCIAS DO TURISMO DE AVENTURA NO BRASIL.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	83
ANEXOS	84
ANEXO A - PROJETOS TURÍSTICOS DE PRAIA GRANDE	84
ANEXO B - LEIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	85
ANEXO C - LEIS DOS BENS MUNICIPAIS	86
ANEXO D - CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA.....	87
ANEXO E – FOTOS DA CACHOEIRA DO GUARIÚMA	98
ANEXO F – PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR ITUTINGA PILÕES	99
ANEXO G - RALLY A PÉ	103
ANEXO G A – DEMONSTRAÇÃO DE PLANILHA DE NAVEGAÇÃO.....	107

INTRODUÇÃO

Este trabalho se dedica a desenvolver idéias e opções para que o Turismo de Aventura se desenvolva na cidade de Praia Grande, criando mais opções de lazer para os turistas que visitam a nossa cidade todos os anos.

Tem também, como finalidade buscar informações e experiências, no ramo de ecoturismo e turismo de aventura, que será definido no segundo capítulo, para que se possa trabalhar no planejamento, execução e gerenciamento de atividades vinculadas ao uso dos recursos naturais e dos serviços direcionados as ações dinâmicas turísticas.

O presente trabalho acadêmico pretende submeter-se ao parecer docente indicado, demonstrando a trajetória dos alunos, no decorrer dos anos de estudo na área de turismo de aventura, quando foram assimilados conhecimentos a partir da primeira disciplina, destacando-se algumas como subsídios específicos para o tema enfocado e outras como estudos de caso e pesquisas, dando suporte essencial para um embasamento.

O tema em pauta se preocupa com a conscientização de preservação do meio ambiente, voltando-se para a importância da natureza na vida das pessoas e a prática de esportes de aventura em contato com a natureza, buscando conhecer riquezas muito próximas do nosso litoral, porém desconhecidas pela maioria de todos.

A justificativa para este estudo surgiu porque como moradores da cidade onde se estuda, se trabalha e sabendo que o grande atrativo da cidade sem dúvida é a praia. Particularmente, tudo o que for relacionado ao turismo há muito interessa, pois pretende-se o crescimento profissional no futuro.

A cidade tem um grande potencial turístico e uma ótima infra-estrutura, o que a faz ser umas das cidades mais procuradas do litoral paulista, com isso percebe-se a importância de aproveitar também o potencial que ela possui com suas belezas naturais e sua mata atlântica.

Podem ser envolvidos não só os órgãos públicos, mas também a população em geral, transformando a cidade de Praia Grande, através de suas trilhas, cachoeiras, áreas já deterioradas no passado em uma cidade-pólo do turismo de aventura, transformando, assim, um atrativo a mais para os turistas que não

querem apenas contemplar a natureza, mas fazer parte dela também, e com isso, chamar a atenção de todos não só para o uso, mas para a preservação ecológica.

Observou-se em alguns periódicos, que o contato com o meio ambiente e a prática de esportes é fundamental para a vida do ser humano deixar de ser sedentária, pois deixa todos com uma paz de espírito, fazendo com que se esqueçam da rotina estressante do dia-a-dia.

Além do contato com a natureza, a proposta do trabalho consiste na conscientização da preservação ecológica, pois na caminhada recolhe-se o lixo da mata, que tem como objetivo mostrar o quanto o ser humano danifica a natureza.

O ecoturismo vem sendo tratado com muita importância nos estudos de marketing turístico, pois muitas cidades onde a imagem do turismo já está saturada, estão revendo seus métodos de atrair turistas e um dos pólos turísticos que mais atrai demanda é, sem dúvida, o ecoturismo.

A problematização principal desse estudo resume-se a seguinte pergunta: “Por que Praia Grande não explora o seu potencial da natureza para o Turismo de Aventura?”. Além do que essa prática turística não é muito difundida na região.

É com base nessa questão que levantou-se a hipótese de que isto é possível em Praia Grande, se feito um bom planejamento, com acompanhamento de especialistas ambientais, profissionais qualificados, e revitalização do local, além de parcerias (governamentais ou não), isso pode tornar-se realidade, além de ser extremamente viável para o município e região.

A cidade tem uma excelente infra-estrutura além de um grande potencial, a grande maioria desse público está disposto a pagar e pagar caro por esse tipo de turismo, uma vez que os equipamentos tem um valor bem elevado.

A nossa proposta é de tornar locais conhecidos, como Cidade da Criança, Fortaleza de Itaipu, Cachoeira do Guariúma, etc, fazer uma remodelação e fazer com que a cidade também seja conhecida por esse tipo de turismo, mesclando assim praia e natureza com muita adrenalina.

O objetivo desse estudo é criar opções de lazer e entretenimento para que a cidade tenha uma vida própria em relação ao turismo e não dependa apenas da sazonalidade para gerar renda e empregos para a população fixa da cidade.

Objetivos Específicos

- Possibilitar a geração de emprego para a população local;
- Propiciar lazer para os turistas e para a população;
- Evidenciar a importância do contato com o meio ambiente;
- Identificar o perfil daqueles que organizam práticas ecológicas com finalidades esportivas e recreativas;

Buscou-se neste trabalho um referencial teórico em livros para se obter a fundamentação do Turismo e seu entorno, além de periódicos de caráter eletrônico ou não, estudos de casos próximos ao enfoque do trabalho, e através de pesquisas aplicadas nesses estudos de casos, obteve-se uma perspectiva mais abrangente sobre a idealização de planejamento, a demanda e o núcleo receptor (no caso, Praia Grande).

Propõem-se como questionário de pesquisa uma metodologia de pesquisa qualitativa, formulada para profissionais atuantes na área de ecologia, esportes e lazer como técnicas de rafting, rapel, trilhas, etc. A visão e opinião desses personagens fundamentais (instrutores) irão avaliar suas próprias qualidades e de futuros profissionais.

Os questionários têm pretensão de estudos cuidadosos que apontem os indicadores dos resultados almejados, evidenciando uma dada realidade. Após a coleta de dados, o pesquisador terá conclusões parciais, de revisões para avaliar os resultados obtidos. Inicialmente, os participantes da pesquisa serão informados sobre os objetivos da pesquisa, sobre o anonimato para responder o questionário e a liberdade de cada um de participar ou não da pesquisa.

No primeiro capítulo, abordou-se a atratividade e o fascínio que a praia exerce para o turista, e quão importante se torna sua imagem para o mesmo, já que em se falando de imagem, a retratação da paisagem e seu estudo, ajuda a compor uma análise descritiva local, para manter uma atividade turística constante nos moldes de sustentabilidade, sem agressão do meio, aliviando e evitando transformações, mesmo porque o olhar moderno voltou-se para as paisagens, na seqüência, conta-se a história da cidade, sua reurbanização para resgatar sua imagem perante os turistas e cidadãos, prejudicada pelo mau uso das suas potencialidades, para então, manter sua rotatividade atraindo turistas e cultivando um desenvolvimento bem próximo do que é apontado como turismo sustentável.

No segundo capítulo, conceitua-se o turismo, observando-se os impactos positivos e negativos, no meio ambiente, no convívio social e na economia. Além de se mostrar as diferenças de cada tipo de Turismo, ligados ao Turismo de Aventura. Ainda neste capítulo, observa-se a potencialidade do Turismo de Aventura em Praia Grande.

O terceiro capítulo consiste na proposta do trabalho, viabilizando-se critérios de monitoração e avaliação, bem como projetos de implantação de trilhas, leis ambientais, equipamentos de segurança, a seleção de mão-de-obra local e qualificação da mesma, a questão da responsabilidade social. Dando-se continuidade ao capítulo, observa-se o estudo de caso Rally a pé, há também uma entrevista com a instrutora de técnicas verticais e as precauções para se trabalhar com este tipo de segmento turístico. Dando-se continuidade, observou-se as motivações dos turistas para a prática do Turismo de Aventura e como isso influencia no planejamento de marketing, finalizando-se com os esportes propostos a serem implantados na localidade e as tendências desse mercado no Brasil.

1 A HISTÓRIA DE PRAIA GRANDE

Será abordado neste trabalho em seu primeiro capítulo, a atratividade e o fascínio que a praia exerce para o turista, e quão importante se torna sua imagem para o mesmo, já que em se falando de imagem, a retratação da paisagem e seu estudo, ajuda a compor uma análise descritiva local, para manter uma atividade turística constante nos moldes de sustentabilidade, sem agressão do meio, aliviando e evitando transformações, mesmo porque o olhar moderno voltou-se para as paisagens, valorizando assim o sentido do tempo livre e o consumo apropriado para as necessidades do turista nos dias atuais.

O município possui algumas diretrizes básicas para uma melhor elaboração de um planejamento integrado que não degrade o meio, visando a sustentabilidade da atividade turística neste mesmo meio em que está inserida, que veremos a seguir.

E finalmente, Praia Grande será mostrada através de sua história, sua reurbanização para resgatar sua imagem perante os turistas e cidadãos, prejudicada pelo mau uso das suas potencialidades, para então, manter sua rotatividade atraindo turistas e cultivando um desenvolvimento bem próximo do que é apontado como turismo sustentável, porém ainda há muito a se fazer pela cidade, no sentido de conscientização, tanto das partes de iniciativas privadas, como da população local e turistas.

Segundo SIQUEIRA (2001), a emancipação política de Praia Grande é recente, porém, a área compreendida hoje pelo município de Praia Grande foi uma das primeiras regiões colonizadas pelos portugueses, o que se iniciou com a chegada do fidalgo Martim Afonso de Sousa em 1532. A primeira vila fundada pelo explorador enviado pela coroa portuguesa foi justamente a de São Vicente, a qual Praia Grande permaneceu como parte até 1967.

Ao longo dos tempos, a demora da Prefeitura de São Vicente para resolver os problemas de Praia Grande, que era tratada como um bairro periférico, onde faltavam escolas, hospitais, saneamento básico, iluminação pública, abastecimento de água e luz, transportes, entre outros, começou a irritar os moradores locais. No começo do século XX, surge o primeiro movimento pró-

emancipação, que defendia a criação de um município no atual distrito de Solemar, movimento que acabou se dissipando.

O ideal de autonomia político-administrativa continuou idealizado, e em 1953, o líder local Julio Secco de Carvalho encabeçou, juntamente com Nestor Ferreira da Rocha, Heitor Sanchez Toschi, Dorivaldo Loria Júnior e Israel Grimaldi Milani, um novo movimento pela emancipação de Praia Grande. Segundo SIQUEIRA (2001), esse grupo ficou conhecido como "Os Emancipadores". São Vicente, por sua vez, tentava atrapalhar qualquer tentativa de emancipar o até então, distrito, pois isso significaria uma perda de 24 quilômetros de praias, com um potencial turístico sub explorado. Mesmo com toda a resistência sofrida e de tanta luta, os emancipadores conseguiram que fosse realizado um plebiscito na região, afim de se verificar a vontade da população local.

Em 1963, o plebiscito foi realizado, sendo que a emancipação foi a alternativa escolhida pela maioria esmagadora da população. Mesmo assim, ainda se passariam alguns anos até que Praia Grande conquistasse sua autonomia.

De acordo com SIQUEIRA (2001) em 19 de janeiro de 1967, finalmente Praia Grande conquistou a independência de município, sendo nomeado como interventor federal o engenheiro Nicolau Paal, e instalando-se, provisoriamente, a prefeitura no Ocioan Praia Clube. Em 15 de novembro de 1968, foi realizada a primeira eleição municipal em Praia Grande, onde foi eleito como prefeito Dorivaldo Loria Júnior.

1.1 INÍCIO DO TURISMO EM PRAIA GRANDE

A construção da Ponte Pênsil em 1914 tinha por finalidade conduzir os esgotos de Santos para desaguar no Itaipú. Isto fazia parte das intervenções urbanísticas propostas na época pela comissão de saneamento, o engenheiro Saturnino de Brito era o responsável para combater as epidemias que assolavam os santistas (febre amarela, varíola, tuberculose). Com a Ponte Pênsil, por onde começaram a trafegar carros, carroças e pessoas, a Praia Grande passou a estar ligada a São Vicente. Isto era uma coisa boa para os moradores da época. Mas, infelizmente, o esgoto que chegava em nossa cidade para desaguar no mar poluía as praias.



Figura 1- Construção da Ponte Pênsil em 1914
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br



Figura 2- Construção da Ponte Pênsil em 1914.
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

Com a facilidade de acesso das pessoas à Praia Grande, os terrenos passaram a ter um maior valor do que tinham antes. No início do século, muitas pessoas queriam ganhar dinheiro fácil com a venda de terrenos por alto preço. Para SIQUEIRA (2001), na época, muitas pessoas perderam suas terras em situações ilegais e outras se aproveitaram e enriqueceram, aumentando assim a especulação imobiliária da cidade.

Com o aumento da procura de pessoas que queriam veranejar, os terrenos da Praia Grande passaram a ser loteados. Foram construídas residências de temporada e um hotel. Desde então, a cidade passou a viver do turismo.



Figura 3- Bairro Solemar.
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br



Figura 4- Avenida Presidente Kennedy nos anos 60.
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

“No início do século xx, os banhos de mar tinham caráter diferente de hoje. Eram recomendados com fins terapêuticos, para tratar da saúde, por causa da concentração de iodo no mar. As pessoas vinham para Praia Grande se banhar ao raiar do dia, ainda de madrugada. Vestiam geralmente com trajes de banho duas peças feitas de baeta, um tecido felpudo de lã: calça até os tornozelos e camisas de manga comprida”. SIQUEIRA (2001, p.72)

Ao longo dos anos, o turismo da cidade sofreu transformações. Na década de 60 e 70, a cidade recebia o turista de um dia que vinha à praia para se divertir no mar. Para atendê-lo, existiam cabines de banho e até maiôs que podiam ser alugados. O comércio procurava atender as necessidades destes turistas.

Durante muito tempo, apesar de muitas pessoas chegarem na cidade, não havia infra-estrutura suficiente para atendê-las. Vários ônibus chegavam e ficavam ao longo da praia. As famílias traziam o que comer e não se importavam com o lixo que produziam, também vinham de carro. A areia, o mar, as ruas e as praças ficavam muito sujas.

A imagem da Praia Grande ficou denegrida diante de tanta sujeira e descaso, além do que a demanda que a cidade atraía era a população de baixo poder aquisitivo. Praia Grande também não possuía muitos atrativos turísticos, e sua principal atração sempre foi, sem dúvida, a praia.



Figura 5- Turismo da cidade nas décadas de 60 e 70
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br



Figura 6- Terrenos loteados na década de 20.
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

1.2 PRAIA GRANDE ATUALMENTE

Hoje, o turismo tem outra característica. As cabines deixaram de existir e deram lugar a outras atividades comerciais e serviços. Durante muito tempo, a Praia Grande foi conhecida por suas praias sujas e feias. Havia muito preconceito contra a cidade. Com as reformas, os moradores começaram a valorizar a cidade e a criar com ela uma identidade, hoje já existem vários projetos (ANEXO A), para incrementar e inovar ainda mais o turismo na nossa cidade.



Figura 7- Orla da praia nos anos 90.
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br



Figura 8- Ciclovia nos anos 90.
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

Foram instaladas estações de tratamento de esgoto ao longo das praias na administração do prefeito Alberto Pereira Mourão, de 1993 a 1996.

Também foi elaborado um projeto para reurbanizar a orla, incentivar o turismo, o comércio e, principalmente, os investimentos na construção de prédios e casas. A idéia era fazer a Praia Grande ficar bonita e agradável para o turista e para o seu morador. como conseqüência, a cidade deveria crescer e enriquecer.

As iniciativas começaram com a elaboração de um plano diretor que definia como as áreas da cidade deveriam ser ocupadas, onde seriam instaladas as áreas comerciais, residenciais, industriais, e como seria o sistema viário de comunicação de saneamento da cidade.

Com o decorrer dos anos, Praia Grande em sua fase de evolução, ainda possuía a falta de emplacamento dos nomes de suas ruas, praças e avenidas. Assim, em 1993 foi implantado no Município, o até então inédito "Projeto Rumo", que consiste em dar a cada bairro uma cor diferente, que estão nas placas das ruas e nos marcos de separação entre eles, ao longo dos 22,5 km de extensão de suas principais avenidas. Hoje em dia, as cores do Projeto Rumo são o que orientam os moradores e turistas a se locomoverem e a se localizarem na cidade.

Além deste, vários projetos saíram do papel e ganharam vida na cidade, como as quadras poliesportivas e ginásios, com pisos específicos para práticas esportivas, atraindo o turismo de esportes. Houve mudanças no comércio local, com a implantação de boxes por toda a avenida dos sindicatos, tirando o aspecto "sujo" das barraquinhas e gerando novas oportunidades de empregos nesse setor.



Figura 9-
Fotos da Vila Olímpica nos Jogos Abertos do Interior.
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br



Figura 10-
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

Também foram projetadas e implantadas pistas de skate e patins para o lazer e diversão de crianças. Sem contar o maravilhoso complexo de colônias de

férias em nosso município, que é o maior da América Latina com 10.000 leitos, tendo instalações estruturadas e de ótimo padrão de qualidade, que além de terem seu próprio restaurante, oferecem lazer, recreação, qualidade de atendimento, e capacitação profissional.



Figura 11- Pista de skate
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br



Figura 12- Pista de skate
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

1.2.1 Projetos turísticos

Projetos e plantas prontos e grandes áreas disponíveis. Com essas duas facilidades, a Prefeitura de Praia Grande está atraindo diversos interessados em investir em sete diferentes empreendimentos turísticos. (ver em Anexo A). De acordo com o site oficial da cidade “os equipamentos visam oferecer infra-estrutura e opções de lazer a turistas e moradores e deverão se tornar referência em todo o litoral brasileiro.” Conforme o prefeito Alberto Mourão: “a administração precisa de parceiros da iniciativa privada para tirar os projetos do papel e provocar uma segunda revolução na imagem da cidade litorânea que mais recebe turistas no Estado”, conforme aponta pesquisa realizada pela Embratur.

O turismo é o alicerce do desenvolvimento econômico de Praia Grande, pois é o setor que mais cresce nas últimas décadas (dados do IBGE), ele proporciona a evolução dos equipamentos turísticos, e consequentemente, a evolução da qualidade de vida.

É com base nessa forte influência do turismo, não só nessa estância balneária, como também em toda a região, que observa-se no próximo capítulo a importância deste trabalho para a cidade.

1.2.2 Pontos turísticos de Praia Grande

Existem belíssimos pontos turísticos na cidade de Praia Grande, e a principal atração turística é, sem dúvida, a praia.

E os pontos turísticos são, geralmente, voltados para a praia em sua maioria, o que pretende-se mudar em relação a isso, é transformar a cidade em um pólo turístico voltado também para a prática do turismo de aventura. E com isso, formar uma nova demanda para a cidade, voltada às empresas de grande porte, pessoas ligadas à preservação ambiental e esportes radicais, assim a cidade poderá atrair turistas não só em épocas sazonais, superlotando a cidade, mas pretende-se outra vertente turística alternativa para as épocas de baixa temporada.

Observa-se agora esses pontos turísticos:

Portal da Praia



Figura 13-

Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

É o maior símbolo de transformação urbanística da cidade. Ao seu lado há uma homenagem ao piloto brasileiro de Formula 1 Ayrton Senna da Silva, que dá nome à avenida.

Orla Marítima



Figura 14-

Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

Circundada por 10 mil coqueiros e mais de uma centena de quiosques padronizados, centros de convivência, bancos de descanso, playgrounds e lojas de conveniências em seu enorme e bem cuidado calçamento.

Avenida dos Sindicatos



Figura 15-

Fonte: www.praia grande.sp.gov.br

Maior complexo de Colônias de férias da América Latina. São 10 mil leitos com infra-estrutura hoteleira: piscinas, auditórios, quadras poliesportivas, restaurantes e salões de jogos.

Fortaleza de Itaipu



Figura 16-

Fonte: www.praia grande.sp.gov.br



Figura 17-

Fonte: www.praia grande.sp.gov.br

A exuberante Mata Atlântica preservada do Morro de Itaipu é um espetáculo à parte na centenária Fortaleza. Possui os Fortes: Duque de Caxias, Jurubatuba e Rego Barros, marcos da engenharia militar. Possui mirante com visita para a baía de Santos. Visitas monitoradas, somente nos finais de semana.

Praias



Figura 18-

Fonte das fotos: www.praiagrande.sp.gov.br.



Figura 19-



Figura 20-

A praia oferece uma paisagem bela e de atratividade própria, um recurso turístico valioso, para atração de fluxos turísticos. Com 22,5 km de balneabilidade monitorada, estão entre as mais procuradas do Estado: Canto do Forte, Boqueirão, Guilhermina, Aviação, Tupy, Ocian, Mirim, Caiçara, Flórida e Solemar.

Portinho



Figura 21-

Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

Extensa área de lazer às margens do Mar Pequeno. Dotado de píer para pesca, quiosques com mesas e bancos de madeira, churrasqueiras, campos de futebol e playground. Acesso livre ao lado do portal da cidade.

Jet sky e Banana boat



Figura 22-

Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

A área é limitada para pratica esportiva na praia do Forte. Aluguel de embarcações e passeios de banana *boat* nos finais de semana.

Feiras de Artesanato



Figura 23-

Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

Mais de 300 artesãos comercializam seus produtos nas 4 feiras de artesanato. Movimentadas, as “feirinhas”, como são chamadas, possuem setores de artesanato e alimentação. Elas estão localizadas nas praias: Guilhermina, Ocian, Caiçara e Solemar.

Ciclovias



Figura 24-

Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

São mais de 50 km de ciclovias asfaltadas e sinalizadas, sendo 22,5 km à beira mar, entre o calçadão e avenida da orla, totalmente margeada por coqueiros e jardins gramados.

Calçadão das Artes



Figura 25-

Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

Exposição e vendas de quadros ao ar livre, no calçadão das praias do Boqueirão, Ocian e Caiçara.

Shopping Centers



Figura 26- Litoral Plaza Shopping
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br



Figura 27- Boqueirão Praia Shopping
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

Dois modernos shoppings impulsionam o turismo de diversão e compras na cidade. O Litoral Plaza Shopping, ao lado do Portal, e o Boqueirão Praia Shopping. Os dois possuem cinemas e praças de alimentação.

1.4 RECURSOS NATURAIS DE PRAIA GRANDE

O Brasil, apesar de grandes recursos naturais com potencial turístico elevado, ainda não possui políticas eficientes de implementação do turismo sustentável, pois a imagem do lugar turístico precisa ser apoiada por uma realidade local que ofereça condições para potencializar a oferta com confiabilidade e satisfação. Encontrar o equilíbrio entre interesses econômicos estimulados pelo turismo e seu desenvolvimento planejado, que preserve o meio ambiente, não é fácil, pois esse controle da atividade depende de critérios, políticas ambientais turísticas que ainda não se encontraram em nosso país. Dentro dessa questão, abordar-se-à a importância da sustentabilidade na nossa região metropolitana, especificamente na nossa cidade (Praia Grande) que passou por um processo de reestruturação urbana há catorze anos atrás. A praia oferece uma paisagem bela e de atratividade própria, um recurso turístico valioso, para atração de fluxos turísticos.

Como observou-se, a cidade possui belíssimos pontos turísticos, o que atrai muitos turistas para nossa região, porém o que se busca neste trabalho, é usar os recursos naturais da nossa cidade com um outro ramo de turismo ainda inexplorado na região.

“A fisionomia e o aspecto visual é um fator decisivo para a valorização da paisagem, pressupondo lazer e relaxamento, que obviamente não ocorreria em lugares desagradáveis, por isso a praia atrai tanto, devido a sua paisagem, com quesitos valiosos para o lazer, pois um fator importante que não é necessário criar a praia, tendo no máximo que organizá-la com alguns recursos.” (TEIXEIRA, 2000, p. 46).

Mas só atrair não é o bastante, pois vivendo em tempos capitalistas, onde o lucro fala mais alto, o turismo entra nesse cenário como ator principal, fazendo com que paisagens naturais e culturais sejam comercializadas para quem puder usufruir, de modo a ter um retorno rápido, sem ao menos ter algum planejamento, o que transforma e destrói a paisagem, entrando assim, no mesmo cenário, como agente estruturador, o planejamento e a sustentabilidade da atividade turística, para que a mesma não morra, levando consigo a história de um local, deixando sinais de ruínas, sem chances de se reerguer novamente, conciliando também interesses privados na preservação de patrimônios naturais ou construídos e interesses da população local, por isso buscou-se um trabalho estruturado, explorando os recursos naturais sem degradá-los gerando empregos para a população local, incentivando uma conscientização ambiental tanto para os turistas quanto para a população local.

1.3.1 Leis sobre os recursos naturais e áreas de proteção

A partir da nova delimitação implantada pela Lei de Ordenamento do Uso, da Ocupação e do Parcelamento do Solo, ficou proibido o uso do solo para fins urbanos, assim como segue o artigo 55 (ANEXO B).

Nota-se, a partir daí, um interesse na preservação das áreas ambientais, expresso em leis e no Plano Diretor da nossa cidade, comprovando que a mesma está caminhando no rumo certo para um desenvolvimento integrado e de certo modo sustentável, passando por um processo de coordenação e estruturação, alterando o mau uso que foi provocado pelo crescimento desordenado que durou mais de 3 décadas. (ANEXO C).

Busca-se basear nessas leis de uso para manter um trabalho sustentável e viável para a cidade, sem degradar o meio ambiente, e ao mesmo tempo, valorizá-lo, mostrando sua importância e capacidade turística.

1.4 O TURISMO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para SANCHO (2001), o Turismo com responsabilidade Social é de grande importância para o desenvolvimento da sociedade. Conforme analisado durante algum tempo, notou-se que sem responsabilidade social fica complicado fazer turismo, até porque a porcentagem das pessoas com baixa renda é muito expressiva em nosso município.

Hoje vive-se em um país rico de natureza, mas pobre no lado social, onde tem-se grandes engenheiros alojados em abrigos, idosos abandonados em asilos, ou jovens esquecidos em casas de recuperação. Como sugestão, a proposta é a de integrar populações carentes, cedendo um final de semana no mês, para atividade turística de aventura, (no local citado nos próximos capítulos), cobrando somente para a entrada um quilo de alimento não perecível, que serão revertidos em cestas básicas para ajudar as famílias de bairros próximos ao local de implantação, buscando como objetivo principal, proporcionar a todas as pessoas de baixa renda do Estado de São Paulo a visita e o contato com a natureza, para muitos, pela primeira vez.

A Responsabilidade Social inclui um amplo leque de questões como as relações com a comunidade e funcionários, o desenvolvimento e responsabilidade pelos produtos, políticas de às minorias e muitas outras ações. Para SANCHO (2001), a responsabilidade social é um dos quesitos mais importantes para o posicionamento social das empresas, instituições e profissionais no mercado:

“Ao participar de ações sociais, a organização, além de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, atua na dimensão social do desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade de vida de seu país, estado ou município”.

Atualmente as empresas/instituições investem em favor da sociedade apoiando projetos sociais com maior frequência.

As parcerias entre o setor público e privado fazem crescer muitas vezes ambas as partes, uma usufruindo maior estabilidade financeira por meio de patrocínios, e outra, através da “boa imagem”, aumentando a relação compra/lucros das empresas, adquirindo consumidores fiéis. No entanto, os reais objetivos das empresas não se devem limitar à estas preocupações de “imagem de boazinha”, uma vez que a responsabilidade social ultrapassa a simples e “mecânica” ajuda às

carências da sociedade, devendo ser vivenciadas realmente todos os dias, em todas as ações. Responsabilidade social não deve ser estratégia de marketing.

Segundo o autor, quando se menciona a sociedade civil organizada, remete-se a associações, cooperativas, organizações não governamentais, entre outras formas de união de pessoas com mesmos objetivos sociais, que vêm a formar o terceiro setor.

Se o desenvolvimento sustentável pode ser conquistado a partir de um novo pensar sobre a ética desta sociedade e a responsabilidade social de cada cidadão, acredita-se que o processo tenha-se iniciado em algumas parcelas da sociedade brasileira que numa consciência maior tentam assegurar que o desenvolvimento do turismo seja compatível com a manutenção do processo ecológico essencial, com a diversidade e os recursos biológicos, que o turismo aumente o controle das pessoas sobre as suas vidas, esses são uns dos objetivos principais do trabalho além de se tornar compatível com a cultura e os valores morais do povo mantendo e fortalecendo a identidade da comunidade; e, que o desenvolvimento da atividade turística seja economicamente eficaz de modo que os recursos sejam geridos para atender também as gerações futuras.

Torna-se muito importante o enquadramento destes trabalhos desenvolvidos pelo Terceiro Setor no processo de gestão do turismo, como forma de incentivo e reposicionamento de algumas comunidades receptoras neste espaço político e ambiental da sociedade pós-moderna, contribuindo para o processo de planejamento e gestão sustentável da atividade turística. A proposta é inserir o terceiro setor em parceria com as instituições de ensino, podendo contribuir para a união da gestão pública com o setor privado, e encabeçar este processo inicial de fortalecimento e união em benefício da sociedade. Baseando-se nessas premissas, será dado maior detalhamento de implantação dos projetos e idéias em relação a responsabilidade social na região.

Todas as pessoas, independentemente de sua classe social, têm o direito de conhecer o que este país maravilhoso nos oferece, com isto acontecendo, nós teríamos a certeza de que qualquer brasileiro teria uma qualidade de vida bem melhor do que a de hoje; onde aquele que não tem um poder aquisitivo adequado fica excluído do convívio social. Todo cidadão, onde quer que more, tem o direito de conhecer seu Estado, seu País, sua nação!

2 INTRODUÇÃO AO TURISMO E SUAS IMPLICAÇÕES

Para um aprofundamento no tema, tratar-se-ão os conceitos sobre turismo e sua evolução ao longo dos séculos. O objetivo é buscar a essência do turismo, e como contribuir para a melhor conscientização do turismo sustentável, mesmo utilizando recursos naturais de Praia Grande.

Nas observações, percebeu-se que as pessoas buscam um contato cada vez maior com a natureza.

É com bases nessas premissas que será dado início a este capítulo, dando um enfoque sobre o que é o Turismo de um modo geral para entender os benefícios como atividade geradora de renda, e, a contribuição que ele pode nos dar para uma melhor qualidade de vida, usando a natureza como instrumento nos dias de hoje sem degradá-la, para que também possa ser usufruída pelas gerações futuras.

Para compreender melhor o que é turismo, deve-se levar em consideração seu caráter multidisciplinar, ou seja, o turismo envolve muitas disciplinas acadêmicas, por isto, existe uma certa “ausência” de definição exata de turismo.

A palavra “turismo” surgiu no século XIX, porém, essa atividade estende suas raízes pela história. Segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT) do século XX até os dias de hoje, o turismo foi a atividade que mais cresceu como geradora de renda, em 50 anos ele cresceu 5% ao ano em relação ao turismo mundial, isso quer dizer que se levarmos em conta a atividade dentro de seu próprio país ele cresceu muito mais. Hoje em dia já superou as atividades mais tradicionais como automobilística, a petrolífera e eletrônica e a sua tendência é de crescimento ainda maior para os próximos anos, movimentando ainda mais trilhões de dólares que gera o surgimento de vários negócios com outras empresas como: transportes, hospedagens, equipamentos, vestuários, alimentação, empresas tanto de grande porte como de médio também.

De acordo com o estudo realizado, existem autores que se permitem tentar expressar o que é turismo, vejamos aqui algumas citações de autores e da Organização Mundial de Turismo (OMT).

“A partir do século XX (após a Segunda Guerra Mundial), o turismo evoluiu junto com a evolução das atividades de produção empresarial, ao poder de compra das pessoas e ao bem-estar resultante da restauração da paz no mundo.” FOURASTIÉ (1979).

Segundo TRIGO (1993): “No Brasil, há muitos estudos específicos sobre turismo, principalmente sobre turismo e outras disciplinas da área de ciências humanas. Grande parte dos textos que se propõem a analisar o turismo fica restrita à outras áreas de estudo como administração de empresas ou economia, geografia ou sociologia do lazer.”

O turismo atual apresenta-se sob várias formas, tanto em aspectos que diz respeito à transportes como, avião, ônibus, trem, navio, etc... Quanto em dias de estadas e tipos de alojamento.

Para RUSCHMANN (1999) “O turismo de massa é o deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do ano”.

O austríaco SCHULLERN descreve uma primeira definição do que é turismo (1911): “Turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência, e na saída do turista de um determinado município, País ou Estado”.

Segundo a definição da Organização Mundial de Turismo (1994): “O turismo compreende as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras atividades”.

Todas essas indicações e definições significam que a experiência da viagem também envolve recreação ativa ou passiva, conferências e reuniões, passeios ou negócios, nas quais o turista utiliza vários equipamentos e serviços criados para a satisfação de suas necessidades.

De acordo com SANCHO (2001), o sistema turístico é composto de quatro elementos básicos, inter-relacionados, que evoluem de forma dinâmica:

1. Demanda: “é formada por um conjunto de consumidores – ou possíveis consumidores – de bens e serviços turísticos”.
2. Oferta: “composta pelo conjunto de produtos, serviços, e organizações envolvidas ativamente na experiência turística”.
3. Espaço geográfico: “base física na qual tem o encontro entre a oferta e a demanda, em que se situa a população residente que, se não é em si mesma

um elemento turístico, é considerada um importante fator de coesão ou desagregação, conforme é levada em conta (ou não) na hora de planejar a atividade turística”.

4. Operadores de mercado: “empresas e organismos, cuja principal função é facilitar a inter-relação entre a oferta e a demanda, sendo elas: agências de viagens, companhias de transporte regular, e aqueles órgãos públicos e privados que, mediante seu trabalho profissional, são artífices da organização e/ou promoção do turismo”. Esses elementos citados contribuem para a forma do turismo como um sistema aberto e variável, de acordo com a evolução dos mesmos, além de contribuir para a implantação do planejamento de marketing, que será visto nos próximos capítulos.

2.1 IMPACTOS ECONÔMICOS NO TURISMO

SANCHO (2001) cita que “além da atividade turística, contribuir com divisas, ela contribui com a diminuição de desemprego, também influencia no equilíbrio da balança de pagamentos de um país (entrada de visitantes estrangeiros e gastos pela população nacional no exterior)”.

Esses impactos econômicos serão visíveis no projeto, de acordo com o trabalho proposto, serão buscadas parcerias com iniciativas públicas e privadas, além de colaboradores e mão-de-obra local, ou seja, este produto turístico gerará empregos diretos e indiretos para a população local, na projeção, em sua concepção, implantação e iniciar-se-ão as atividades propostas, como a monitoração, por exemplo. Além é claro, de atrair uma demanda com maior poder aquisitivo, o que certamente produzirá lucros no comércio.

Para avaliar impactos negativos, é importante distinguir o gasto turístico e seus efeitos (que devem ser analisados pelos multiplicadores turísticos) e os impactos do desenvolvimento da atividade turística (que necessitam da análise custo-benefício). Dessa forma pode-se equilibrar a economia da localidade e dos investidores potenciais.

PETROCCHI (1998), afirma que o crescimento do Turismo está intimamente ligado à conservação ambiental, um fator que “exige um sólido planejamento devido a sua complexidade”, e que envolve milhões de pessoas e

bilhões de dólares, portando, não pode ser considerado como uma “atividade marginal”, exigindo assim, um lugar de destaque no planejamento econômico.

2.2 IMPACTOS SOCIOCULTURAIS

O deslocamento das pessoas para lugares diferentes de seu local de residência, faz com que suas culturas entrem em contato durante a atividade turística. Essas relações sociais sofrem alterações, (segundo vários autores pesquisados), de acordo com o número de visitantes, e dependendo de onde o turista vem, o impacto social será mais ou menos positivo ou intenso. Portanto, essa intensidade de impactos irá depender, muitas vezes, das diferenças socioculturais dos residentes e das características próprias dos turistas.

“o turismo pode influir diretamente na estrutura social de uma região ou país, pois o emprego no setor turístico é uma forma, ara muitos moradores, de aumentar seu bem-estar econômico e ter mais mobilidade na escala social (...). O turismo tem sido responsável pelas profundas transformações em muitas comunidades, sendo a migração rural um expoente claro desse fenômeno”. (SANCHO, 2001, p.97)

Enfim, o turismo contribui com impactos positivos e negativos no contexto social, observa-se agora alguns exemplos de fatores que geram esses impactos.

Na cidade de Praia Grande, pode-se observar melhor os benefícios em relação às melhorias nas instalações dos equipamentos turísticos e melhorias nas comodidades da população local. O turismo traz melhorias na qualidade de vida da população local como: coleta de lixo, abastecimento, rede de saneamento, iluminação, segurança, interesse de novas entidades financeiras, investimentos, etc. Além disso, o turismo contribui para o resgate dos costumes locais, como o artesanato, a gastronomia, os festivais e também para a reabilitação de lugares históricos, e preservação de monumentos e reservas naturais.

A atividade turística na cidade contribuiu muito de forma visível: na orla da praia, na revitalização da Avenida do Sindicatos (complexo de colônias), a via expressa-sul (controle do tráfego e melhoria no trânsito), a rede de tratamento de esgotos nas praias, implementação de centros esportivos, comunitários e culturais, etc.

Para SANCHO (2001), os aspectos negativos da diferenças sociais entre visitantes e moradores, vão aumentando de acordo com as diferenças econômicas. Por exemplo, numa mesma cidade onde há favelas, também pode existir um Resort, com muros enormes, onde só trabalham pessoas estrangeiras, nos cargos mais altos, e salários menores aos trabalhadores nacionais (o que ocorre muito no Brasil infelizmente). Isso provoca um certo ressentimento pelo turismo internacional, e a dependência do desenvolvimento econômico. Essa diferença gritante de cenários dentro de uma mesma localidade é o que chama-se de “barreiras da sociedade”, onde milionários formam uma espécie de “cinturão” envolta de seus monumentais atrativos turísticos, e a comunidade local por sua vez, é isolada de tudo isso, sem poder usufruir pela falta do poder de compra e até mesmo, privada de poder admirar esse “mundo novo” que continua sendo inacessível para as camadas mais pobres da população.

O turismo também pode afetar na cultura dos moradores, sendo sufocada pela cultura mais forte dos turistas (que é notada como superior), isso ocorre devido ao melhor nível de vida que apresentam, de acordo com SANCHO (2001), esse processo de enculturação “pode desencadear o processo contrário, acabando com a cultura local que um dia foi o principal atrativo da região”.

O turismo de massa também não contribui para o intercâmbio cultural, e sim, a apatia pelos turistas, pois os moradores se vêem “invadidos e depredados” muitas vezes por esses turistas. Além da “invasão”, eles sofrem pelos aumentos abusivos de produtos em épocas sazonais desse turismo de massa.

Portanto, existe um certo limite de carga social e de carga psicológica do turismo, isso significa que, enquanto esse desenvolvimento seja aceitável pelos negócios locais e pela comunidade, não afeta a população, mas a medida em que essa presença torna-se massificada, o limite de tolerância por parte da população local se esgota.

Para que esse processo não ocorra, é importante planejar um desenvolvimento integrado entre o bem-estar comum dos moradores e a satisfação das necessidades dos visitantes. Este trabalho, como foi citado anteriormente, preocupa-se com a questão da responsabilidade social, tema que será abordado também nos próximos capítulos.

2.3 IMPACTOS DO TURISMO NO MEIO AMBIENTE

Os impactos causados pelo turismo no entorno natural são variados, principalmente ao longo das décadas, esses impactos estão acoplados à várias causas. A exploração de recursos naturais, cada vez maior é uma delas, em algumas localidades, essa exploração é primordial para a base do desenvolvimento da atividade turística, os ecossistemas possuem um limite de adaptação que, caso não seja respeitado, causa uma redução da diversidade ecológica irreversível.

Nos países desenvolvidos, existe uma preocupação maior com esse tipo de problema no entorno natural. Com iniciativas privadas, eles buscam conscientizar a população, explicando que os lucros podem ser maiores com o cumprimento da legalização sobre preservação ambiental, aumentando o atrativo do produto, a diminuição dos custos, e a melhora da imagem da empresa perante o consumidor.

Nos países em desenvolvimento ocorre o contrário infelizmente. Isso acontece porque a prioridade desses países não é a conservação, e sim elevar o nível de vida e econômico da população, sendo que a exploração de recursos naturais está ligada diretamente a esse desenvolvimento, pois esses países acreditam que só esse tipo de atividade econômica pode realizar a melhora da qualidade de vida.

SANCHO (2001) conclui que felizmente, nos últimos anos vêm aumentando consideravelmente a preocupação com o meio ambiente e seu entorno. Algumas diretrizes que foram citadas na Conferência do Rio, em 1992, sobre o desenvolvimento sustentável, são importantes citá-las aqui também:

- Capacitar as comunidades para cuidar de seu entorno.
- Respeitar e cuidar da qualidade de vida humana.
- Conservar a vitalidade e a diversidade da Terra, entre outras.

De acordo com a OMT, o objetivo de conceito de turismo sustentável é “compatibilizar o desenvolvimento turístico e a conservação dos recursos utilizados para ele. Trata-se de adotar uma visão da atividade a longo prazo, centrada na preservação dos elementos que favorecem na implantação de um destino turístico”.

Os impactos negativos são de fácil percepção inicial. Como a visualização da arquitetura turística implantada num entorno totalmente fora do contexto, onde as distorções de construções se tornam gritantes no entorno.

Os Resorts de praia são outros exemplos desse contraste. Geralmente as autoridades locais não possuem recursos suficientes para melhorar a coleta de lixo, o saneamento, distribuição e purificação da água nos países menos desenvolvidos. Isso afeta a população e o meio ambiente diretamente. Outro aspecto negativo são os tipos de poluição: visual, sonora, ambiental e poluição do ar.

No caso do turismo ecológico, em praias ou montanhas, o trânsito caótico em épocas sazonais degrada o entorno. E o aumento significativo de atividades esportivas causa erosão, perturbam e afetam a flora, fauna e o habitat natural.

SANCHO (2001) destaca que a competição do turismo com outras atividades econômicas também é muito negativa, como o abastecimento de água para campos de golfe e também para atender aos turistas, afetam o equilíbrio da atividade agrícola, rural e do meio ambiente.

Mas tudo isso ainda pode ter uma solução, pois os impactos positivos do turismo no meio ambiente propiciam uma melhora significativa dos impactos negativos, inclusive melhorando e reutilizando áreas já degradadas, como no caso do local das atividades do Turismo de Aventura proposto.

A revalorização do entorno natural vem crescendo consideravelmente e a aprovação de medidas de conservação e melhoria da qualidade ambiental aumentam o valor real da atividade turística. Pois uma unidade bem conservada tende a melhorar a economia local e atrair investidores com a finalidade de proteger o meio ambiente.

A restauração de edifícios e preservação de lugares históricos e acervos culturais, como museus, são ligados diretamente com o turismo.

Existem diversos modelos de qualidade em vários lugares no mundo. Esses modelos de qualidade ambientam e proporcionam uma maior conscientização sobre a preservação ambiental tanto na população local, quanto os visitantes.

Essa melhora de sustentabilidade é evidente em parques nacionais e revitalizações de acervos históricos e culturais, aonde a degradação desses ambientes vem reduzindo gradativamente e gera novos empregos, e consequentemente a melhora da qualidade de vida.

Como percebeu-se, há uma forte ligação entre os aspectos sociais, culturais, econômicos e do meio ambiente. Esses fatores estão interligados e devem fazer parte de um planejamento de desenvolvimento turístico.

O planejamento turístico deve definir os objetivos e metas do desenvolvimento, fazendo análise e pesquisas de mercado (quantitativas e qualitativas), demanda e todo o entorno (população, meio ambiente, infra-estrutura, etc.), depois dessa análise, devem-se determinar as linhas e vertentes da atuação dentro do país, região e localidade, buscando parcerias dentro dos setores públicos e privados. Esse planejamento deve visar o equilíbrio entre a oferta e a demanda turística.

O planejamento também deve avaliar e implantar o conceito de desenvolvimento sustentável. De acordo com SANCHO (2001), o planejamento de médios e curtos prazos, melhora os ajustes às mudanças de mercado e pequenas falhas a serem corrigidas ao longo do processo. Partindo desses princípios de planejamento e turismo sustentável, inicia-se o terceiro capítulo aprofundando esses estudos.

2.3.1 Educação ambiental, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente em Estocolmo, 1992.

A maneira como o homem trata a natureza hoje, a torna insustentável, a necessidade de mudança torna-se imprescindível, pois trata-se de manter o planeta em que vivemos, e também manter uma boa qualidade de vida para as gerações futuras.

As várias mudanças necessárias envolvem as relações do homem com a natureza, implicam em repensar novas formas de vivermos, não só uma maneira de usufruirmos da natureza, mas também de não esgotá-la, para nossa própria qualidade de vida.

Essas mudanças envolvem uma série de fatores, uma nova conscientização para toda a humanidade, de maneira que todos preservem sem exceção os recursos naturais e o meio ambiente em geral.

Desde a década de 60, já existem questionamentos sobre os impactos ambientais causados pelo desenvolvimento, da mesma maneira que se iniciou a discussão sobre as medidas que deveriam ser tomada para essa conscientização

intensiva, que a população deveria ter grande parcela de responsabilidade nesse processo, diante dessas mudanças chegamos aos anos 80 e 90, com o desenvolvimento sustentável.

O desafio principal, no entanto, é a educação, pois esse processo educativo tanto formal quanto informal é estratégico para manter a sustentabilidade, mas deve-se ter sempre em mente a educação ambiental.

Em uma conferência em Estocolmo em 1992, o secretário geral, os organismos das Nações Unidas e especialmente a Unesco reiteraram o papel da educação pra desenvolver os objetivos traçados para os próximos anos, em que todas as agências deveriam manter um acordo para tomar medidas para um programa de educação ambiental. (UNESCO, 1997).

2.4 IMPORTÂNCIA DO TURISMO NAS CIDADES RECEPTORAS

O setor turístico também contribui no PIB (Produto Interno Bruto), pois ele é ligado a vários setores econômicos, portanto, conectado a um grupo diversificado de empresas e por isso é considerado um “motor” de atividade empresarial. Se uma cidade aumenta consideravelmente seu nível de demanda, provavelmente atrairá investidores e empresas como: rede hoteleira, setor imobiliário, rede de transportes e operadoras de serviços, equilibrando o setor econômico de uma localidade e melhorando a qualidade de vida da população local, de acordo com esse aumento de renda. Todos estes setores estarão conectados à este projeto de Turismo de Aventura, pois a partir da implantação e funcionamento do mesmo, será possível e até viável, planejar pacotes turísticos incluindo as atividades propostas no roteiro de entretenimento, recreação e lazer do turista, atuando em conjunto com os transportes, meios de hospedagem, alimentação, etc.

2.5 TIPOS DE CONCEITUAÇÃO DO TURISMO NA NATUREZA

Dentro das várias atividades do turismo voltado para a natureza, existe o Ecoturismo, há certa dúvida ainda quando se usa o termo Ecoturismo, existem várias expressões que são usadas como sinônimo de usufruir da natureza sem danificá-las, por exemplo: Turismo de Natureza; baseado na natureza; Turismo

Sustentável; Turismo em áreas rurais, Turismo Verde, Turismo de Aventura e etc. Essa última é a que será abordada com uma atenção específica a partir de agora.

Sem dúvida esses termos têm muito em comum e compartilham de algum dos conceitos gerais, porém não podem ser definidos como sinônimos de Ecoturismo. O Ecoturismo não é só uma atividade que une natureza com turismo e etc. Mas ela também tem um caráter educacional, a conscientização do desenvolvimento sustentável e a consciência ecológica. Embora exista uma grande diferença entre Turismo de Natureza, Ecoturismo, Turismo Sustentável e Turismo de Aventura. E para que seja entendido de forma mais ampla, tem-se uma breve definição de cada um em específico, para melhor esclarecê-los. (www.revistadoturismo.com.br).

2.5.1 Turismo de Natureza

O Turismo de Natureza engloba as práticas turísticas citadas anteriormente, ou seja, é baseado em toda prática turística que usa a natureza como meio atrativo. O Turismo de Natureza pode ser subdividido em Modalidades e Tipos:

Modalidade: Ecoturismo;

Tipos: turismo rural ecológico, trilhas e cachoeiras, visita a grutas, flutuação em rios.

Modalidade: Turismo de Aventura e Especializado;

Tipos: passeios de bote, Bóia-cross, rapel e mergulho.

Modalidade: Turismo de Lazer

Tipos: balneários e cavalgada.

(www.revistadoturismo/turismodenatureza.com.br)

Entre as três modalidades exploradas, a modalidade ecoturismo concentrou 73% do total dos 124.527 'vouchers' emitidos em 1999. Essa concentração é ainda maior no que se refere à receita auferida, respondendo por quase 80% do total arrecadado pelos atrativos no período. A modalidade Turismo de aventura e especializado representou 21% dos 'vouchers' emitidos e a modalidade turismo de lazer, 5,7%. (Fonte: Estatística da Sector de Bonito e tarifário utilizado pelas agências de Turismo).

2.5.2 Ecoturismo

Ecoturismo é o turismo em localidades com potencial ecológico, desenvolvido de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza e oferecendo aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, por meio da busca da formação de uma consciência ecológica.(www.revistadoturismo.com.br)

Segundo Ceballos-Lascurain (1987, *apud* LÓPEZ-RICHARD; CHINAGLIA, 2004, p. 201), Ecoturismo é:

“viagem até áreas relativamente imperturbadas ou áreas naturais não contaminadas com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar do cenário e de suas plantas e animais selvagens, assim como de qualquer manifestação cultural (passado ou atual), encontrada nestes locais.”

Para SALVATI (2003, p. 23) o Ecoturismo é:

Turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade.

2.5.3 Turismo sustentável

Compreende-se como a conservação dos recursos naturais, à medida que ele é usufruído, entende-se como a necessidade de proteção do mesmo, buscando a manutenção do equilíbrio entre os eixos básicos em que ele se apóia, ecologicamente suportável, economicamente viável e com uma perspectiva ética e moral (www.revistadoturismo.com.br).

Entendem-se como áreas de destino e formas para esse público, as naturais e as cidades de turismo de massa, viagens individuais ou até mesmo em grupos pequenos, esses segmentos de turismo devem sempre pensar em alcançar a sustentabilidade como objetivo principal por esse motivo não pode ser taxado como sinônimo de turismo de natureza ou até mesmo ecoturismo. (RUSCHMAN, 2004).

De acordo com o Manual de Ecoturismo de Base Comunitária (SALVATI, 2003, p. 23), o Turismo Sustentável é:

“aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários.”

O Manual ainda cita alguns princípios que devem ser considerados na busca pelo Turismo Responsável, entre eles:

- O Turismo deve ser parte de um desenvolvimento sustentável amplo e de suporte para a conservação;
- O Turismo deve usar os recursos naturais de modo sustentável;
- O Turismo deve eliminar o consumo insustentável e minimizar a poluição e o desperdício;
- O Turismo deve respeitar as culturas locais e prover benefícios e oportunidades para as comunidades locais;
- O Turismo deve ser informativo e educacional.

2.5.4 Turismo de Aventura

Para uma melhor compreensão do tema, será verificada a origem da palavra aventura, derivada do latim, *adventura*, que quer dizer “o que há por vir”. Segundo FERREIRA (1999, *apud* UVINHA 2005, p. 27), significa “experiências arriscadas e incertas, traduzindo a atração pela novidade e o desafio.” A denominação varia em todo o mundo e seu conceito varia de acordo com cada país, sua história e culturas.

Nos Estados Unidos READ (1980, *apud* UVINHA, 2005, p. 27), o Turismo de Aventura é:

“uma variedade de atividades turísticas de aventura comercializadas, envolvendo a interação com o meio natural, incluindo elementos de risco em que o resultado é influenciado pelo participante, pelo local e pela gestão profissional da experiência dos turistas.”

É um segmento dentre outro no setor turístico o que compreende o movimento de turistas que tem como finalidade principal a prática de atividades de aventura com caráter de lazer ou como atividade recreativa, podendo ser praticada em qualquer espaço natural, rural, construído, urbano, em área estabelecida como protegida ou não (www.revistadoturismo.com.br).

“O turismo de aventura tem também algumas atividades relacionadas como; rafting, rapel, mountain bike, mergulho autônomo, mergulho de apnéia, trekking, arvorismo, exploração de cavernas, e outras atividades.” (PELLEGRINI, 2000, p. 56).

As atividades relacionadas ao Turismo de Aventura no Brasil, segundo UVINHA (2005, p.29) ainda não estão bem definidas. Ele ainda afirma que isso se justifica pelo fato de que cada região brasileira tem sua “realidade específica”.

Desse modo, pode-se perceber que a prática do Turismo de Aventura está relacionada com os elementos da natureza (ar, água e terra), designando assim, o ambiente onde acontecem.

Para UVINHA (2005, p.29), as atividades mais oferecidas ultimamente são:

- Terra: arvorismo, *bungee jumping*, cicloturismo, caminhada, cavalgada, *canyoning*, escalada, espeleoturismo (exploração em cavernas), fora de estrada, *motocross*, *rapel* e tirolesa.

- Água: *boiacross*, canoagem, *duck*, *kite surf*, mergulho, *parasail*, *rafting*, surfe.

- Ar: asa-delta, balonismo, parapente, pára-quedismo, ultraleve.

Serão mostrados alguns desses segmentos para viabilidade de implantação na proposta desse trabalho nos capítulos posteriores.

De acordo com essas conceituações do segmento, pode-se observar a distinção entre o Turismo de Aventura e outros segmentos citados anteriormente, como o Ecoturismo, Turismo Sustentável e de Natureza.

2.6 A POTENCIALIDADE DO TURISMO DE AVENTURA EM PRAIA GRANDE

Entendido como uma atividade ou um subproduto do Ecoturismo e percebendo-se que existe muita diferença entre as duas atividades, mas cada uma possui suas próprias características de mercado. De acordo com RUSCHMAN (2004, p. 9) “o Turismo Verde” vem num crescente nesses últimos anos enfocando aproveitar as ofertas e possibilidades, por esse motivo vários empreendimentos foram construídos no país nesses últimos dez anos, oferecendo produtos e serviços especializados para esse tipo de turista que, impulsionado pelas mudanças de

estilos aos quais requerem um estilo de turismo e de vida mais saudáveis, é despertado sua sensibilidade para a necessidade da preservação da cultura e natureza das localidades turísticas, no que refletem na escolha das atividades de lazer.

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), e da Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES), estima-se que o Turismo de Aventura a partir de 1998, tenha crescido cerca de 20% ao ano. Somente nos Estados Unidos o mercado doméstico de viagens de aventura é estimado em U\$\$ 25 bilhões, esses dados são com base nos resultados de taxas de participação e gastos médios em viagens.

Esses impactos econômicos positivos contribuem para que esse tipo de segmento não se limite apenas aos destinos turísticos, pois existem vários setores envolvidos direta e indiretamente nesse processo que estão sediados nesses núcleos receptores, que são diretamente beneficiados, o que resulta num impulsionamento de fornecedores de equipamentos próprios para a prática de esportes, empresas de seguros, e outros produtos e serviços relacionados com essas atividades. Atraindo assim, maiores investimentos e parcerias, bem como iniciativas federais para a cidade de Praia Grande, e conseqüentemente gerando maiores interesses na questão ambiental. Considerando as atividades desse segmento por questões de segurança dos praticantes, percebeu-se a necessidade de impor limites na sua abrangência em comparação a outros tipos de turismo, tanto no embasamento de formulação e na execução de políticas públicas, como também dar assistência a outras empresas quanto à característica de mercado.

Para Jesus (2002, *apud* DOLCI; NEGRINI, 2004, p. 83), a expansão de atividades turísticas de aventura está relacionada às duas tendências da pós-modernidade: a valorização do consumo de cenários e a expansão dos esportes de aventura. Sob essa visão, pode-se dizer que o crescimento acelerado do ecoturismo representa a valorização da natureza, que é um dos reflexos do movimento ambientalista existente na sociedade atual.

Esse conceito de Turismo de Aventura que é estabelecido nesse trabalho é fundamentado em características que se refere à atividade turística e o território em relação à motivação do turista, baseando-se nesse contexto pode-se definir que: “O turismo de aventura entende-se como sendo os movimentos

ocasionados pela prática de atividades esportivas de caráter recreativo e/ou competitivo, com uma dose grande de emoção” (definição do grupo).

Além de uma melhora considerável na economia da cidade, busca-se a conscientização ambiental, juntamente com a social, para turistas e moradores, melhorando assim a receptividade e hospitalidade do turismo em Praia Grande, o que com certeza fará com que a cidade seja citada e projetada em nível nacional, e porque não, internacional também. Outro fator é o aspecto da melhora de qualidade de vida das comunidades e dos visitantes, com enfoque maior no próximo capítulo.

2.6.1 Atividades de aventura de caráter recreativo

A palavra aventura quer dizer algo diferente, incentiva ao desafio ou há certo risco que uma atividade pode trazer ou até mesmo uma sensação de liberdade, prazer e superação pessoal, varia de pessoa para pessoa de acordo com o nível de dificuldade, cada atividade pode lhe proporcionar, ou a expectativa do turista em superar seus próprios limites o que já seria o próprio prêmio já que a atividade de aventura não tem caráter competitivo e sim recreativo. Por outro lado às atividades esportivas sejam elas de aventura ou não, quando entendidas como competição, são definidas então como modalidades esportivas e tratadas em âmbito do segmento do Turismo de Esportes. (PELLEGRINI, 2000)

Essas atividades aqui abordadas, identificam que o atrativo principal do segmento de Turismo de Aventura pode ocorrer em qualquer espaço seja ele natural, construído pelo homem, rural, urbano, sendo em área protegida ou não. Também pode ser abordada sob os enfoques de responsabilidade individual do turista, quando não tem interferência de nenhuma prestadora de serviços turísticos e de responsabilidade solidária, conduzida ou organizada por terceiros, prestadora de serviços turísticos, agências de turismo, que dependem de profissionais qualificados para as funções técnicas que dá segurança adequada aos praticantes e aos turistas necessárias para um bom desempenho.

Com tudo isso, presume-se que a atividade de aventura, oferece até certo ponto esforços e riscos controláveis, que variam de acordo com intensidade e exigência que cada atividade pode proporcionar em relação à capacidade física e psicológica do praticante, por esse motivo o turismo de aventura deve ser tratado em

particular os aspectos relacionados à segurança trabalhada em particular diretrizes, estratégias, normas, regulamentos e instrumentos específicos. (PELLEGRINI, 2000)

O segmento de Turismo de Aventura deve contemplar na prática, atitudes e os próprios comportamentos dos turistas no que se refere à prática que possam evitar ao máximo os impactos negativos ao meio ambiente, ressaltando o respeito às comunidades receptoras, valorizando-as. Entende-se por ambiente natural e construído o conjunto de inter-relações sociais, econômicas, culturais e com a natureza em determinado território (WESTERN, 2001).

A partir de agora, serão abordadas as atividades que englobam o chamado turismo de aventura, e conhecidas uma por uma com mais detalhes.

2.6.2 Atividades práticas

Serão detalhadas as atividades de aventura das quais pretende-se apresentar nesse projeto com o intuito de tornar a cidade de Praia Grande um pólo de Turismo de Aventura e atrair turistas para esse nicho de mercado que cresce a cada ano.

Todas essas atividades de aventura necessitam de alguns cuidados, é preciso estar atento para cada atividade para que não se torne uma aventura frustrada, mas tomada as devidas precauções é só aproveitar, descrevemos abaixo algumas dessas atividades com mais detalhes segundo (PELLEGRINI, 2000).

Rapel - é a técnica praticada em descida de rochas, cavernas, cachoeiras, prédios, utilizando-se de cordas. A princípio era aplicada em resgates e em exploração de cavernas; atualmente é um esporte radical associado ao montanhismo, *Canyoning*, alpinismo, essas são práticas que veremos com mais detalhes no próximo capítulo juntamente com o projeto proposto a ser realizado futuramente na cachoeira do Guaríuma.

Escalada em rocha - A modalidade esportiva de escalada em rocha, teve a sua origem do alpinismo. É dividida basicamente em escalada livre e artificial.

Tendo em vista a compreensão do risco que o turismo de aventura também proporciona, sabe-se que há uma forte conexão entre risco e aventura, valorizado ainda mais pela ousadia de levar a novas descobertas, por esse motivo é importante que o turista que queira iniciar nessas práticas, procure profissionais

qualificados e equipamentos revisados e toda segurança possível para que não ofereça nenhum risco de vida ao visitante.

A cachoeira do Guarúma na Praia Grande, apontada no projeto, trata-se de uma cachoeira que apesar de não estar aberta à visitação, pois precisa de autorização da SABESP (órgão que cuida do local por ter uma estação de captação de água), mas mostrar-se-à que é possível transformá-la em um equipamento voltado para a prática de turismo de aventura (ANEXO E).

3. PROPOSTAS DO TURISMO DE AVENTURA EM PRAIA GRANDE

Como afirmado anteriormente, a cidade de Praia Grande é reconhecida somente pelas suas belas praias, que hoje continuam sendo seu principal fator de atratividade, será projetada também como um pólo ecoturístico. Dinamizando-se o enfoque da cidade para as praias, cria-se outra vertente turística para a região, atraindo-se assim, a curiosidade e o fascínio das pessoas pelo meio ambiente, que por sua vez, buscarão cada vez mais esse contato com o verde, e aumentar a conscientização pela preservação, será apenas uma das muitas conseqüências positivas deste planejamento para a região metropolitana. O que também trará uma nova demanda turística de mercado.

É de extrema importância mostrar a evolução do turismo junto a natureza, despertando as pessoas para a consciência em relação à preservação dos recursos naturais na questão dos impactos ambientais, mostrando os pontos positivos e negativos do turismo, porém, existem formas de explorar o turismo sem degradá-lo, mais conhecido hoje em dia como turismo sustentável, seja ele em áreas protegidas ou até mesmo já degradadas pela ação do homem. Pode-se transformá-los em produtos e equipamentos turísticos, dando importância à educação ambiental em áreas protegidas voltadas ao esporte na natureza que chamamos de turismo de aventura, que é o foco da proposta.

De acordo com Wearing e Neil (2001, *apud* RUSCHMAN, 2004, p. 8)

“A evolução do turismo voltado para as atividades com a natureza, em especial o turismo de aventura, o turismo de uma maneira geral necessita dessas pequenas empresas por se tratar da necessidade de usar mais o calor humano das pessoas do que habilidades tecnológicas”, ou seja, o “turismo junto à natureza” está sendo procurado cada vez mais pelas pessoas, assim como fica clara a importância da hospitalidade para com o turista, sendo a nova característica do turismo, que está evoluindo em relação à qualidade de vida.

Assim, como cita-se acima, para RUSCHMAN (2004, p.9) o turismo atual consiste no consumo da natureza e sua evolução, porque os turistas “buscam o verde” e “fogem” dos grandes conglomerados urbanos, assim eles “procuram

recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo disponível para o lazer”.

De acordo com essas afirmativas, pode-se concluir que o Turismo de Aventura e o Ecoturismo estão de certa forma ligados, e só tendem a crescer na indústria do turismo, o que pretende-se no projeto é ir em busca deste mercado no novo cenário turístico.

Além disso, é importante pesquisar os tipos de demanda que a região atrai, pois existe a demanda formada por turistas fixos, turistas prováveis, consumidores do produto, no caso o turismo, para poder formatar o produto turístico proposto, buscando parcerias com empresas por trás desse mercado, analisando a localidade e vias de acesso, o espaço geográfico que pode ou não ser transformado em uma oferta turística e, por fim, as operadoras que têm como função principal tornar mais próximo o produto do consumidor facilitando o consumo desse produto intangível.

Para que erros não aconteçam mais, como no passado em que o turismo era feito sem planejamento, monitoramento do que envolvia seu entorno nesse mundo tão globalizado, o turismo e a natureza assumem um interessante papel de dependência dos recursos naturais. Porém, a maioria desses espaços de recursos naturais estão sendo invadidos em temporadas de férias por turistas que buscam aproveitar seu tempo livre sem se importarem com os riscos e danos que sua presença em massa causa aos recursos naturais.

Mas, isso não é um assunto tão fácil de ser colocado em prática, devido a tanto tempo de atividades insustentáveis, percebeu-se os efeitos já devastadores como poluição do ar, contaminação de rios de água doce, diminuição dos mares, derretimento de geleiras, efeito estufa, provocando o superaquecimento global. Por isso, um planejamento é fundamental para que haja equilíbrio nos recursos físicos, naturais, sociais e culturais das cidades receptoras (no caso a Praia Grande), evitando a destruição e a degradação ambiental e mantendo tanto os interesses de turistas como os de preservação ambiental em harmonia.

Para RUSCHMAN (2000, p.11), aqui no Brasil, o turismo ecológico é visto muito mais como uma opção econômica, servindo para atrair turistas de outros países, do que como uma “alternativa para a preservação do inigualável potencial turístico do país”; que infelizmente, não dá nenhum orgulho.

Por isso no trabalho proposto, além de ressaltada a importância do projeto para o setor econômico da região, a preocupação maior é com a necessidade de implantação de um plano de desenvolvimento sustentável.

Essa preocupação inicial é, sem dúvida, o controle do crescimento quantitativo desse fluxo turístico, pois os ecossistemas sensíveis ficam totalmente comprometidos quando os limites da capacidade de carga são ultrapassados.

De acordo com RUSCHMAN (2000, p.17) é possível fazer este controle: “a determinação da capacidade de carga dos espaços turísticos limitará o acesso de pessoas em determinadas áreas, o que gerará uma demanda maior que a oferta, que conseqüentemente, aumentará os preços para os visitantes”. Com isso, o turista de massa não terá acesso a esses espaços, e o turista de elite voltará a predominar nesse contexto.

Apesar dessa afirmativa, serão mostradas oportunidades de acessibilidade também para pessoas de baixo poder aquisitivo, com número controlado de visitantes, visando também a responsabilidade social para com os moradores, cujo enfoque será dado nas páginas posteriores.

Em relação à degradação, em visita ao local onde pretende-se implantar esse produto turístico, observou-se que já existem áreas degradadas, que podem ser reutilizadas nas modalidades esportivas como: passeio com bicicletas, trilhas ecológicas a pé, arvorismo, etc. (ver em anexo E).

3.1 Qualidade de vida e Responsabilidade Social

“A qualidade de vida de todas as pessoas devem atingir níveis desejáveis em todos os aspectos: psíquico, cultural, social, biológico e físico. E para que isso aconteça, são necessários recursos financeiros para uma viagem, a fim de satisfazer essas necessidades, e uma viagem implica também em: transporte, alojamento, alimentação, entretenimento e atividades recreativas, que devem ser implementados às conquistas sociais fundamentais, que se relacionam com o turismo popular social”. (RUSCHMAN, 2000, P.19).

O que a autora cita não ocorre nos países em desenvolvimento (como o Brasil) nem nos subdesenvolvidos. Ou seja, a atividade turística em nosso país, infelizmente fica restrita a uma camada favorecida economicamente, que na verdade é minoria.

Para mudar esse quadro no trabalho, surgiu a idéia de uma vez ao mês promover uma interação com a população de baixa renda, cobrando ao invés de

ingressos altos para a participação das atividades propostas, a entrada consistiria em um quilo de alimento não perecível (serão convertidos em cestas básicas para a população carente), é claro que isso será feito com agendamento prévio, de acordo com um número de telefone disponibilizado para os interessados, isso será válido para turistas e também para moradores, fazendo revezamento de acordo com a necessidade observada.

Sendo assim, RUSCHMAN (2000, p.19) acredita que este quadro triste pode ser alterado “se houverem maiores investimentos, participações do Estado e parcerias com iniciativas do setor privado, proporcionando espaço e equipamentos adequados necessários para aprimorar a infra-estrutura de uma localidade receptiva”. Com isso, além de melhorar a qualidade de vida de quem procura sair da rotina, consequentemente melhorará a qualidade de vida da população local, dando acesso às viagens turísticas e ao lazer para todos, produzindo satisfação pessoal nas famílias visitantes e nas comunidades.

Além disso, teve-se especial atenção à implantação da mão-de-obra local, com cursos de capacitação e qualificação profissional por profissionais liberais da área (com participação de prefeituras da região), além de palestras para a comunidade local sobre a importância da preservação ambiental e a importância do turismo para a economia da cidade e da região, com professores especializados cedidos pelas faculdades da região metropolitana.

Essas idéias e iniciativas, contribuirão para uma melhor qualidade de vida entre “turista-morador” e responsabilidade social, quebrando preconceitos, barreiras e hostilidades de ambas as partes, transformando em hospitalidade e, consequentemente, melhorando o convívio social.

O objetivo é desintegrar essa imagem ruim que a população local têm em relação aos turistas de modo geral. Na realidade, o turismo deve ser aceito como uma troca de experiências e conhecimentos de ambas as culturas, e nunca sob o aspecto de uma imposição social sobre a cultura local.

3.2 Local de implantação do produto turístico: Cachoeira do Guariúma.



Figura 28: Cachoeira do Guariúma
Fonte: foto dos autores



Figura 29: Cachoeira do Guariúma
Fonte: foto dos autores

A cachoeira do Guariúma foi escolhida por estar localizada no município de Praia Grande, no bairro Jardim Melvi. A proposta é formatar um produto turístico inovador na região, sendo uma localidade propícia para as atividades propostas (voltadas ao turismo de aventura). A cachoeira do Guariúma é uma reserva natural e parte dessa área pertence ao Parque Estadual Itutinga Pilões (ver em anexo F) e não pretende-se descaracterizá-la, desenvolvendo esportes nessa área com total respeito ao meio ambiente, fazendo-se algumas mudanças de acordo com as necessidades. O local escolhido comporta diversos tipos de esportes, além de oferecer uma paisagem deslumbrante, e no meio dessas belezas naturais usando-se dos meios legais para explorá-la, de acordo com as leis regidas da proteção ambiental, unindo a prática esportiva com a conscientização da preservação ecológica.

Também será trabalhado o sistema de cotas, ou seja, reservas pré-agendadas para não superlotar o local, a ponto de prejudicar seu ecossistema.

Para chegar à cachoeira do Guariúma, os visitantes terão que seguir pela estrada Padre Manoel da Nóbrega, até o bairro Jardim Melvi, de lá, a localização do ponto dos motoristas até a entrada é de 2,7 km, da entrada até a SABESP a bifurcação em y é de 2,3 km e da bifurcação até a casa do bananal (onde fica a entrada do caminho para a cachoeira) é de 0,6 km. No caminho existem três pontes, a primeira com 17,40 metros de comprimento, a segunda com 47,40 metros de comprimento, e a terceira com 30,50 metros de comprimento, todas com 60 centímetros de largura. O restante do percurso passando pela terceira ponte, dura

mais ou menos vinte minutos a pé, localizada na cota 75, à 75 metros do nível do mar, está localizada a cachoeira do Guariúma (Secretaria de Turismo de Praia Grande), onde serão instaladas a maioria das práticas esportivas no projeto de implantação.

Essas passagens das pontes estão muito mal conservadas, colocando em risco a segurança das pessoas que visitam o local. Para que seja feita a reforma dessas pontes, é necessário um tipo de material especial, pois a madeira com o tempo acaba apodrecendo, por mais resistente que seja, o material específico para tal função é um material chamado policog (madeira plástica) é um material mais resistente, que consiste na madeira fundida com plástico, oferecendo assim mais conforto e segurança aos seus usuários, além da beleza visual, pois esse material é idêntico a madeira. (Setur de Praia Grande). Nesse contexto buscar-se-ão as parcerias, pois esse tipo de material tem um custo elevado.

Apesar do local comportar vários tipos de esportes, determinou-se uma quantia razoável também para conservar o local sem degradá-lo, com a idéia de implantação de um esporte por vez, até todos serem testados e aprovados, formatando-se assim o produto, para que este possa ser acessível à todos os visitantes; estes por sua vez, serão divididos em grupos de, no máximo, cinco pessoas por vez.

Propõe-se também um sistema de acampamento (sendo um atrativo à parte) para esportistas que queiram passar mais de um dia (mas a estada também terá limite de dias).

Além da prática de esportes, nossos guias irão trabalhar com a conscientização do grupo, a respeito da preservação do meio, o desperdício de água doce, a coleta seletiva de lixo, entre outras. Também haverá banheiros e lanchonetes (ecologicamente corretos) para melhor comodidade dos visitantes, além é claro, do local de recepção e confirmação de reservas para as atividades, tendo no mesmo local, espaço para palestras e para guardar equipamentos dos instrutores.

Todo o percurso até a cachoeira sofrerá algumas mudanças atendendo à todas as normas e medidas de segurança desejadas, para que não ocorra imprevistos, buscando parcerias públicas e/ou privadas, e colaboradores que se interessem pelo projeto.

Na entrada da cachoeira depara-se com uma belíssima paisagem (ver mais fotos em anexo E) que estava escondida aos nossos olhos e que estava tão

próxima! Pretende-se resgatar e preservar esta imagem para as gerações futuras, para que ela não fique presa a apenas uma fotografia antiga, e sim um santuário de beleza natural para a paz interior, purificação e energização de almas, corpos e mentes.



Figura 30: Cachoeira do Guariúma
Fonte: foto dos autores

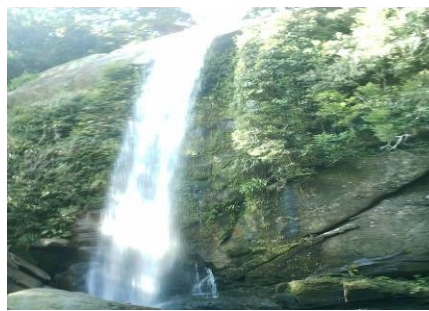


Figura 31: Cachoeira do Guariúma
Fonte: foto dos autores

3.3 CRITÉRIOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

“Ecoturismo é uma atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através das atividades recreacionais e educativas contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades receptoras.” (RODRIGUES, 2003, p. 31)

Mais detalhadamente, o conceito de ecoturismo captado na literatura especializada, releva os seguintes princípios, segundo PIRES (1999, p.190-197):

1. Viagens recreativas responsáveis para áreas de significativo valor natural com a finalidade de apreciar, desfrutar e fundamentalmente entender tanto os problemas ambientais no sentido físico, quanto os valores culturais que encerram.
2. O apoio à conservação ambiental, com o uso dito sustentável dos recursos.
3. A participação das populações locais para obtenção do máximo de benefícios econômicos do turismo, usando os recursos de maneira racional.
4. A máxima diminuição de possíveis impactos físicos e culturais que esta atividade possa gerar.
5. A educação ambiental visando à formação e aprofundamento da consciência ecológica e respeito dos valores, tanto para a comunidade anfitriã, quanto para os turistas.

É com base nesses princípios e conceitos, que será dado enfoque aos critérios de monitoramento, implantação e avaliação da proposta. Além desses critérios, a proposta também baseia-se nas leis da Convenção sobre diversidade biológica (ver em anexo D).

3.3.1 Critérios de Manejo e administração verde da proposta

- Associação e parcerias entre os setores governamentais e não governamentais, locais, regionais e nacionais;
- Educação ambiental para o turista e para a comunidade local;
- Guias conscientes, interessados e responsáveis;
- Planejamento integrado, com preferência à regionalização;
- Monitoramento e avaliação constante dos impactos no local;
- Código de ética para o mercado do ecoturismo, incluindo leis ambientais regidas pelo município (à serem implantadas, verificar em anexos);
- Manejo de trilhas ;
- Promoção de experiências únicas e inesquecíveis em um destino exótico.

Para que seja possível a continuação das atividades com segurança para os visitantes, deve-se levar em consideração:

- Reforma das pontes da SABESP;
- Reforma e adaptação das casas localizadas no início do parque florestal, para servirem de ponto de apoio ao turista, com sanitários e vestuários.

Há interesse também em fazer uma reforma geral na casa que se encontra na entrada da reserva florestal, para a implantação do receptivo. Na primeira fase de implantação, pretende-se utilizar a estrutura já existente para a iniciação de atividades de educação ambiental, contemplação do meio e atividades recreativas (circuito de arvorismo), com grupos fechados de, no máximo, cinco pessoas.

Como já mencionado, esse passeio seria realizado com o pré-agendamento, e em condições climáticas favoráveis. Pode-se realizar no local um acampamento para promover a interação do homem com o meio ambiente. Os equipamentos necessários para essa prática podem ser do visitante ou cedido pela empresa (de acordo com os equipamentos disponíveis).

A trilha até a cachoeira seria a já existente no local (paralela à captação de água), utilizada pelos técnicos da SABESP. Além é claro, de uma reforma prévia nas pontes.

Na segunda fase de implantação, o roteiro será reformulado, baseado no aumento da demanda de visitantes, com isso, os grupos poderão visitar o local sem degradar o meio natural e evitar congestionamentos durante o passeio. Para isso, pode-se utilizar o curso de água para ida até a cachoeira, esta etapa do percurso termina em um pequeno lago abaixo da área de captação, que pode ser utilizado também para atividades recreativas. A volta será pelo caminho já existente, paralelo ao encanamento de captação de água, essa etapa é mais curta e mais fácil que a travessia pelo rio (trilha circular, ver em manejo de trilhas). Ainda nesta fase, pode-se implantar um circuito mountain bike, utilizando-se da trilha já aberta e das pontes que passam por cima do encanamento (devidamente reformadas). Além da paisagem, o visitante terá a adrenalina do passeio. Para isso, será necessário um investimento de bicicletas próprias para essa prática esportiva;

Na terceira fase de implantação, pretendemos melhorar o produto da Cachoeira do Guariúma, criando novos atrativos. Pode-se abrir uma trilha cruzando o rio, evitando a área de encanamento, o caminho poderá ser finalizado com um espaço para lazer e observação, com bancos e uma praça, e um espaço mais alto (tipo de plataforma com escadas) para observação da Cachoeira.

3.3.2 Manejo de Trilhas

A principal função das trilhas sempre foi a de suprir a necessidade de deslocamento. Porém, houve uma alteração de valores ao longo dos anos, segundo ANDRADE (2003, p. 247-250). Para ele, de um simples meio de deslocamento, a trilha transforma-se em um novo meio de contato com a natureza e a caminhada incorpora um novo sentido e recebe um grande número de adeptos. Atualmente uma das principais atividades em ecoturismo é a caminhada em trilhas e suas variantes; como é o caso do Rally a pé de regularidade (que será descrito posteriormente).

As trilhas oferecem aos visitantes a oportunidade de desfrutar de uma área de maneira tranqüila e alcançar maior familiaridade com o meio natural. Trilhas bem construídas e devidamente mantidas protegem o ambiente do impacto do uso, e ainda asseguram aos visitantes maior conforto, segurança e satisfação. Terão

papel significativo na impressão que o visitante levará sobre a área e a instituição que a gerencia. (Manual do Ecoturismo de Base Comunitária, 2003).

Apesar de mais de 50 anos desde a criação do primeiro Parque Nacional, o Brasil ainda não possui um sistema nacional ou estadual de trilhas em unidades de conservação devidamente implantado. As trilhas existentes não recebem manutenção adequada e quase todas sofrem com o problema da erosão e há pontos críticos com relação à segurança, sem contar a ausência de mapas, sinalização e meios interpretativos.

Com o desenvolvimento adequado de trilhas e o aumento da consciência de que trilhas em unidades de conservação (no caso, o Parque Estadual Itutinga Pilões), não são apenas picadas improvisadas; espera-se que não só novas áreas sejam abertas de forma correta, mas que também seja remediada a situação das áreas desenvolvidas de forma incorreta.

3.3.2.1 Classificação de trilhas

De acordo com o Manual do ecoturismo de Base Comunitária (2003, p. 248), pode-se classificar as trilhas quanto à função, forma e grau de dificuldade.

Quanto à função: as trilhas são usadas em serviços administrativos – normalmente por guardas ou vigias, em atividades de patrulhamento – ou pelo público visitante, em atividades educativas e/ou recreativas. Nestes casos podem ser divididas em trilhas de curta distância, as chamadas “trilhas interpretativas” (*Nature Trails*) ou de trilhas selvagens e de longa distância (*Wilderness Trails*).

Trilhas de curta distância apresentam caráter recreativo e educativo, com programação desenvolvida para a interpretação do ambiente natural. Já as de longa distância valorizam a experiência do visitante que busca deslocar-se por grandes espaços selvagens, como as viagens de travessia pela região. Um exemplo clássico em nosso país é a travessia Petrópolis – Teresópolis, através do Parque Nacional de Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro. Lembra-se que a implantação ambiental deve ocorrer nos 2 tipos acima citados, mudando-se apenas os meios.

Quanto à forma:

a) Trilha Circular: oferece a possibilidade de se voltar ao ponto de partida sem repetir o percurso no entorno. Pode-se definir também um sentido único de uso da trilha, o que permite que o visitante faça o percurso sem passar por outros

visitantes no sentido contrário. Essa forma é a mais viável para implantação na Cachoeira do Guariúma.

b) trilha em Oito: são trilhas muito eficientes em áreas limitadas, pois aumentam a possibilidade de uso desses espaços.

c) Trilha linear: é o formato de trilha mais simples e comum. Geralmente seu objetivo é conectar o caminho principal, quando já não é o próprio, a algum destino como: lagos, clareiras, cavernas, picos, etc. Apresenta as desvantagens do caminho de volta ser igual ao de ida e a possibilidade de passar por outros visitantes no sentido contrário.

d) Trilha em atalho: esse tipo de trilha tem início e fim em diferentes pontos de uma trilha ou caminho principal. Apesar do nome, o objetivo da trilha em atalho não é cortar caminho, mas sim mostrar uma área alternativa à trilha ou caminho principal. (ANDRADE, Manual do ecoturismo de Base Comunitária, 2003)

Quanto ao grau de dificuldade: esse tipo de classificação é subjetivo, pois independentemente da presença de acidentes geográficos, de desníveis de altitude e da qualidade topográfica do terreno, o grau de dificuldade varia de pessoa para pessoa, dependendo do condicionamento físico e do peso da bagagem (mochila) carregada. A classificação do grau de dificuldade de trilhas é distinto para trilhas guiadas e trilhas auto-guiadas (como no caso do Rally a pé).

a) Trilhas guiadas: Geralmente a classificação é elaborada utilizando-se combinações de letras (variando de A a E) e números (de 1 a 3), aquelas referindo-se ao nível técnico e estas à intensidade, não necessariamente nessa ordem. Em 1997 a *Free Way Adventures*, uma das maiores operadoras do Brasil, adotava a seguinte classificação:

Quanto à intensidade:

A – leve;

B – regular ;

C – semi-pesada;

Quanto ao nível técnico:

1 – fácil;

2 – com obstáculos naturais;

3 – exige habilidade específica.

Como pode-se observar, é importante que ao adotar uma escala de classificação das trilhas quanto ao grau de dificuldade, anote-se os padrões

adotados para cada nível de escala. Nos casos apresentados acima, deve-se considerar sempre a presença do guia.

b) Trilhas auto-guiadas: Quando não há presença de guias, o grau relativo de dificuldade é outro. Tendo em vista essa possibilidade, apresenta-se uma classificação baseada na experiência e vivência deste autor (ANDRADE, 2003) junto a grupos excursionistas nacionais:

- 1 – caminhada leve;
- 2 – caminhada semi-pesada;
- 3 – caminhada pesada.

Nessa classificação leva-se em conta o comprimento da trilha, características do relevo, necessidade ou não de acampar, características de sinalização e a existência de mapas ou roteiros.

É importante indicar o grau de dificuldade das trilhas antes do início do passeio. No ato da venda, deve-se deixar claro a indicação do grau de dificuldade. É possível também se demonstrar em um painel já no início da trilha e nos materiais de divulgação, como folhetos. Deve-se elaborar um croqui do percurso, do comprimento e do tempo para percorrê-la e o perfil das variações de altitude, para que o ecoturista saiba, além da distância a percorrer, o quanto vai subir e descer durante a caminhada. (ANDRADE, 2003, p. 250).

3.3.3 Estudo de caso: Rally a pé de Regularidade

É um esporte de caminhada ecológica e pedagógica, praticado por equipes de 3 a 6 pessoas, onde os participantes tem como objetivo manter-se na velocidade média estipulada em planilha, velocidade de caminhada, vencendo obstáculos naturais e técnicos, desde terrenos variados, água, mato até cálculos e bússola, um jogo de estratégia. (www.rallyape.com.br)

É o mais procurado por empresas e grupos, não requer ótimo preparo físico, pois as velocidades são de acordo com o terreno, sempre procurando a caminhada e variações de percurso permitem que pessoas menos preparadas fisicamente optem por elas.

As equipes não largam juntas, largam com diferença de 2 minutos umas das outras, durante o percurso passam por postos de cronometragem que não sabem onde estão e para cada segundo atrasado que a equipe passar, ela perde

um ponto e cada segundo adiantado perde 2 pontos, tudo isso não podendo correr, lendo as simbologias da planilha, calculando a velocidade que sempre deve ser de caminhada e passando por obstáculos naturais como: - rios, lama, pedras e etc. somente as provas denominadas urbanas é que os obstáculos diminuem, mas sempre inventamos algumas coisas, como: - passar por dentro da casa de alguém, subir as escadarias do COPAN e etc.

As provas no mato costumam ter em média 8 a 12 km, isso para alguns pode parecer muito, mas as pessoas andam muito mais que isso durante o dia e nem percebem, não percebem porque estão pensando em outra coisa, assim é o Rally a Pé, normalmente as pessoas estão com a atenção para a planilha, o cálculo e a natureza e nem percebem no final o quanto andaram, por isso tem-se pessoas de 7 anos que praticam e pessoas de 90 anos. Obviamente o mínimo de condicionamento ajuda muito.

Não precisa ser atleta e pode participar de provas esporádicas, sem ter que participar de todo campeonato.

Para quem não tem equipe, basta fazer inscrição individual que montamos equipes novas na hora. Antes de começar a prova, os novatos recebem aula de como praticar.

Esse tipo de caminhada é muito interessante como sugestão de implantação, de pelo menos, uma vez ao mês, na localidade proposta.

O que levar ?

- Calculadora (pode ser a mais simples que tiver). uma por equipe
- Bússola – uma por equipe
- Cantil – você certamente sentirá sede, não é obrigatório.
- Lanterna para as provas noturnas
- Prancheta, uma por equipe
- Caneta
- Relógio que marca horas, minutos e segundos, um por equipe
- Mochila ou pochete – para carregar o cantil, um agasalho e o

que mais julgar necessário (opcional)

- Pedômetro, não é obrigatório.

O que vestir?

- Roupas leves e confortáveis que não "travem" os movimentos

(calça comprida, abrigo, moletom, etc)

- Tênis macio ou bota de caminhada – é importante não deixar para estrear um calçado novo durante uma prova. Por mais confortável que possa ter parecido na loja, quando foi provado, ele pode apertar e causar bolhas, o que deixa qualquer um de mau humor. Preste atenção também se ele não escorrega em terrenos molhados e lisos.

- Boné
- Meião

(Fonte: www.rallyape.com.br)

Em todas as provas oferecem almoço com bebida e sobremesa, exceto provas festivas, gratuitas e provas em que o local não oferece estrutura para isto.

Objetivos motivacionais: Levar às pessoas envolvidas, aspectos de como lidar com o "vazio" que o homem vive hoje, num setting terapêutico diferente, como por exemplo, numa mata, na lama, no rio, no lago, num contexto urbano, ou até no próprio trabalho. São formas de ter um "olhar" diferenciado das situações cotidianas.

Oferecer atividades de lazer voltadas para empresas com a finalidade de proporcionar uma resignação dos papéis de cada indivíduo, de uma forma saudável.

Objetivos pedagógicos: Cálculos, regras, geografia, matemática, língua portuguesa, história, física e educação física, tudo isso em uma única atividade que é por sinal bem complexa e abrangente. (www.rallyape.com.br)

Objetivos do esporte: Nosso objetivo é levar o participante para fora do ambiente de trabalho (tirá-lo de sua zona de comodidade e deixá-lo exposto) assim, mostrar que o trabalho em equipe, a delegação de poderes, a distribuição de tarefas e as atitudes individuais são importantes para o desenvolvimento de:

- Trabalho em equipe;
- Integração de Pessoal entre departamentos e equipes;
- Motivação em grupo e pessoal;
- Manter a regularidade através de cálculos matemáticos;
- Criação e elaboração de estratégias;
- Orientar-se por bússola em um conhecimento geográfico da região;
- Exercitar o corpo na melhor forma existente, que é a caminhada;
- Aprimorar o entendimento lingüístico, pois não entender corretamente

o que está escrito, poderá levar a equipe a cometer erros;

- Trabalhar a concentração e descontração simultânea;
- Criação de novos líderes da mesma equipe na mesma prova;
- Intercambiar tarefas criando estratégias para isso;
- Trabalhar diretamente com o meio ambiente, desde recolhimento de produtos recicláveis como também plantação de árvores quando solicitada;
- Passar por todo tipo de terreno, com obstáculos naturais variados, rios, lama, trilhas, areia, cachoeiras, montanhas;
- Lazer e a diversão dentro de uma competição sadia, já que é impossível uma equipe saber como a sua concorrente esta na prova;

Trabalho em equipe: As equipes devem distribuir funções que podem ser intercambiadas durante a prova e cada um será líder dentro de seu espaço.

As funções são:

- contador de passos;
- calculista;
- controlador do tempo;
- navegador;
- ajudante.

Obs: Equipes com menos integrantes devem acumular funções.

Locais para a realização: Matas, parques, shoppings, dentro de empresas, escolas, áreas rurais e urbanas, hotéis e outros. (www.rallyape.com.br)

Treinamento: 1 - Primeiro passo é uma palestra ministrada por Bêni Becker, inventor do esporte em 1989, na qual em rapidamente abrange o que é Rally (Rally quer dizer reunião, integração) e sua origem, bem como o Rally a Pé também. Continuando a palestra, ele inicia a aula, primeiramente dividindo as funções nas equipes e posteriormente ensinando cada um no seu ofício, além das dicas e casos que já aconteceram. Isto leva aproximadamente uma hora e com apresentação do filme leva em torno de uma hora e meia.

2 - Posteriormente é fornecido horário e local de largada das equipes e um tempo para as mesmas se planejarem, pois é um jogo de estratégia.

3 - Durante o percurso é feito análise dos acontecimentos, as mudanças de lideranças, os debates entre integrantes a concentração e etc.

4 - No término, sem a presença de um consultor, pode-se elaborar um debate entre os participantes onde eles próprios colocarão o que aprenderam, o que podem tirar de proveito para o dia dia, suas dificuldades, o trabalho em equipe e o

que podem melhorar, no final o Rally a Pé diz por si mesmo aos participantes o que aprenderam e evoluíram na atividade em si. (www.rallyape.com.br)

Utilização de psicólogo ou consultor: o consultor trabalhará as competências conforme tema do evento, estão cadastrados no Rally a Pé consultores conceituados que atuam em todo território nacional.

Conceitos trabalhados: conceitos são todos trabalhados anteriormente de maneira teórica e depois resgatados na prática dos exercícios, proporcionando um comprometimento maior dos participantes, posteriormente a avaliação geral da atividade, aliado a auto avaliação dos participantes proporciona aos mesmos um novo campo de visão com relação ao ambiente de trabalho e suas metas.

A empresa organizadora: A Bêni Becker Eventos, cujo nome fantasia é Rally a Pé, teve origem em 1998, promovendo caminhadas ecológicas com um caráter competitivo.

A empresa é responsável pela organização de diversos campeonatos Estaduais pelo Brasil, além das competições voltadas para o lazer como também empresas, escolas, faculdades, igrejas, clubes, Prefeituras, uma espécie de treinamento de funcionários, treinamento para executivos, lazer, complemento curricular (matemática, português, história, geografia e meio ambiente), auto conhecimento, etc.

Bêni Becker, um dos criadores do esporte, já realizou provas e palestras por diversas empresas, escolas e associações em geral e, atualmente é membro palestrante do programa de turismo sustentável e adequação ao meio ambiente dos esportes de aventura, promovido pelo Governo do Estado de São Paulo e Presidente da Confederação Brasileira de Rally a Pé.

Trabalho social: o Rally a Pé também está presente em comunidades carentes, como favelas, atuando em parceria com os Amigos da Escola da Rede Globo e ONGs em geral, realizando eventos gratuitos, aulas de primeiros socorros e técnicas verticais e levando ao mercado de trabalho jovens destas comunidades. Outro trabalho efetuado pelo Rally a Pé é o recolhimento de brinquedos, alimentos não perecíveis e agasalhos. (www.rallyape.com.br)

Ecologia: Todas as provas os participantes levam um saquinho de lixo e devem recolher produtos recicláveis no caminho, faz parte da competição e

ganham pontos por isso. Outro ítem as vezes usados em prova é a plantação de árvores, tendo local propício para isso e mudas. (www.rallyape.com.br)

Planilha: Logo no início da prova cada equipe recebe o "mapa do tesouro": a planilha. (verificar em anexo G). Nela encontra-se também a legenda necessária para sua correta interpretação. A legenda consiste em desenhos e símbolos que irão representar objetos, obstáculos, caminhos e demais pontos de referência encontrados ao longo do Rally, como rios, árvores, bifurcações etc.

Essas e outras explicações, verificar em anexo G.

3.4 AGÊNCIA OPERADORA

A agência que irá operacionalizar o produto deverá se responsabilizar pelo treinamento, capacitação, e seleção dos guias e monitores locais, agendamento e divulgação do produto. Deverá manter as trilhas em condições adequadas ao uso dos visitantes, à manutenção e o condicionamento de equipamento de segurança e resgate.

O acompanhamento dos visitantes terá dois guias por grupo, treinados e com conhecimento prévio do percurso, pontos críticos de travessia, primeiros-socorros, conhecimentos gerais da Mata Atlântica, etc. A quantidade de guias dependerá da demanda, do número diário de visitação e do tempo de permanência no local. Deste total, 60% (sessenta por cento) devem ser guias locais devidamente treinados e selecionados. (SETUR de Praia Grande).

Com relação a essas práticas de seleção e medidas de segurança, entrevistou-se uma funcionária da loja de artigos esportivos *Decathlon*, instalada na cidade, além disso, Jéssica   instrutora de técnicas verticais. Observa-se agora a entrevista.

3.5 ENTREVISTA COM A INSTRUTORA DE TÉCNICAS VERTICAIS - JÉSSICA.

1. (Pergunta do Grupo). Desde que você começou a trabalhar na *Decatlon* houve uma procura de equipamentos voltados ao turismo de aventura?

(Resposta): "Aqui na Costa da Mata Atlântica não tem nenhuma loja com equipamentos de técnicas verticais dessa área, e houve muita procura dos mesmos aqui na *Decatlon* (...) eu não imaginava que tinha tanta gente trabalhando

com turismo de aventura (...), tem muito praticante de *rapel*” disse Jéssica (responsável pelo departamento de equipamentos verticais da loja *Decathlon* e instrutora de atividades de aventura).

2. (Pergunta do Grupo). Qual a origem da demanda?

(Resposta de Jéssica): (...) Existem empresas de São Paulo que avaliam a nossa região e formatam pacotes para venderem para o público de São Paulo, mas quem é daqui tem condições melhores de oferecer, eu tenho parceria com uma empresa de São Paulo, eles mandam os clientes que estão interessados pelo litoral de São Paulo para mim, e eu mando os meus clientes que estão procurando outras localidades para eles.

3. (Pergunta do Grupo). Quais são os equipamentos mais vendidos e em média quanto custa?

(Resposta de Jéssica): “(...) escalada é muito mais caro e precisa de muito mais equipamentos do que um simples *rapel*, desde a corda até o equipamento pessoal que você usa de escalada e é muito mais caro e precisa de muito mais equipamentos do que o *rapel* (...) e o kit básico de *rapel* custa a partir de R\$ 500,00 ”

4.(Perguntas do Grupo). Você pratica turismo de aventura? Quais modalidades? Qualquer pessoa pode praticar turismo de aventura?

(Resposta de Jéssica): Sou instrutora de escalada, de *canyoning*, (*rapel* feito em cachoeiras), *trekking* (...) a gente geralmente passa por uma medida de segurança, a partir dos seis anos de idade porque essa parte vertical é tranqüila com a autorização dos pais, existe um equipamento específico para criança, que é diferente do equipamento adulto. (...) a pessoa fala: - estou velho pra fazer, não tem essa! Consegue andar? Se você consegue fazer a trilha da para fazer desde o nível leve até o mais técnico (...) se a pessoa é idosa, eu verei o limite dela, fazendo uma trilha ideal e com instrutores capacitados, tudo isso você consegue fazer com força de vontade.

5. (Pergunta do Grupo). Quais são as recomendações necessárias para quem deseja iniciar a prática de turismo de aventura?

(Resposta de Jéssica): ”E quando levamos a pessoa perguntamos se ela tem algum problema de saúde, pedimos atestado médico, (...) tenho cursos de primeiros socorros, de resgate e trabalho com seguro, então a gente tem que ter tudo para não correr o risco.

Agora, tem muita gente que nunca fez curso, que amarra uma corda de qualquer jeito sem saber a função de um nó, se ele corre ou não corre, o quanto de força ele se dissipa e então chama os amigos para fazer um rapel (...) e esse é o risco que correm.

6. (Pergunta do Grupo). Com a sua experiência na área de turismo de aventura, você acredita no potencial e no desenvolvimento do turismo de aventura na região?

(Resposta de Jéssica): A região tem locais propícios para o turismo de aventura, temos diversos morros, diversos paredões, muitas trilhas em Guarujá (trilha do Góes / morro do Maluf), São Vicente (parque Xixová) (...) tem muito praticante escondidinho, eu vejo assim, que falta um pouco do investimento do governo, da prefeitura e dos responsáveis, porque eles barram muito, a gente tem o morro do Maluf em Guarujá que possui sete vias de escalada e de vez em quando eles dificultam o desenvolvimento do ecoturismo, tudo tem que ter uma determinada autorização, aí procuramos a autorização, e então eles colocam novos obstáculos. A região tem tudo pra crescer, tem lugares que podem realizar o turismo de aventura (...) existem cachoeiras em Peruíbe, Itanhaém, Bertioga, Cubatão, mas precisamos de apoio.

7. (Pergunta do Grupo). Você conhece empresas de ecoturismo aqui no litoral sul? Quais?

(Resposta de Jéssica): “Antes de praticar um esporte de aventura você deve procurar saber se a empresa possui seguro contra acidentes (...) se tem seguro você já sabe que tem uma responsabilidade, porque esse seguro não é qualquer um que faz, a empresa que faz o seguro é a Ecotrip¹ – ela faz seguro pelo Brasil inteiro, ela faz uma pesquisa sobre a empresa e seus colaboradores, tudo para poder ceder o seguro à empresa.”

“Eu tenho uma empresa que trabalha nessa área (...) o preço das atividades de aventura segue uma média, um rapel simples e canoagem variam de R\$30,00 à R\$35, 00, se for praticar em cachoeira “*canyonismo*” custa R\$70,00 e tem empresa que chega a custar R\$90, 00, porque a cachoeira requer fazer uma trilha, ter mais instrutores e o desgaste do material é maior, o material é cedido ao

¹ A Ecotrip Turismo é uma empresa que tem como missão a melhoria de qualidade de vida da população local, a busca de parcerias incentivando o turismo sustentável, o resgate cultural e o crescimento econômico da região. (Fonte: www.ecotripturismo.tur.br).

cliente para praticar o esporte e passamos uma listinha para o cliente levar boné, lanche, suco, óculos escuros, protetor solar e um equipamento obrigatório - o tênis. “

8. (Pergunta do Grupo). As empresas se preocupam com o meio ambiente, a sustentabilidade, a preservação? Há profissionais que atuam para poder conservar?

(Resposta de Jéssica): “(..) Não posso falar em geral, mas os profissionais que eu conheço se preocupam muito com o impacto ambiental, há pouco tempo eu fiz um relatório para a prefeitura de Guarujá relatando sobre os impactos gerados no morro do Maluf, pois eles estavam preocupados com as vias escaladas.”

“É assim, a gente se preocupa se tem o lixo no meio do caminho, agente sai catando, a gente vai pra cachoeira do Perequê, a gente cata todos os lixos na volta porque tem um pessoal que vai pra lá pra tomar uma cerveja, fazer um churrasco e a gente sai catando tudo, (...) a gente não leva grupos grandes, a gente tem um limite de até dez pessoas por causa do impacto ambiental, se forem mais de dez pessoas é dividido em dois grupos para outro dia, (...) a gente se preocupa em não abrir novas trilhas, também com relação ao impacto ambiental, sempre seguir a trilha que já é aberta, a preferência por trilhas já na rocha e na água para não abrir novas trilhas (pro mato não sofrer) (...) antes a gente dá instrução pro pessoal quando é trilha: “- Não precisa matar o bichinho que você viu, porque ele tá mais com medo de você, do que você dele!”.

“Não tirar os galhos, porque às vezes você tem um tronco atravessado no caminho, a gente pula esse tronco, porque tirar o tronco do caminho você já está modificando o lugar, se você circular o tronco, você está abrindo uma nova trilha em volta dele. Somos bem preocupados com essa área.”

3.6 POSSÍVEIS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS NO

ATRATIVO:

- Palestras de apoio às comunidades e esclarecimento;
- Conscientização do uso racional de água e da preservação do Meio Ambiente;
- Descritivo de fauna e flora da Mata Atlântica;
- Levantamento do histórico de captação de água e de estrutura utilizada na época da implantação, para explanação ao visitante.

Integrando as atividades acima, poderíamos implantar:

- Casa de apoio: com direcionamento e instruções preliminares sobre a trilha e cuidados durante o percurso;
- A responsabilidade da SABESP e da comunidade em relação ao uso e racionamento de água;
- Piscina natural com atividades recreativas para crianças, com monitores e recreacionistas (no espaço já existente);
- Circuito de arvorismo na área do bananal, junto à mata nativa (sem causar danos à mesma);
- Prática de técnicas verticais em local adaptado junto ao circuito de arvorismo, ou em meio natural;
- Inserção de um circuito para Mountain Bike.

Complementando essas atividades, a comunidade local também será inserida nesse contexto, com palestras e reuniões sobre os benefícios da boa receptividade e hospitalidade para com o turista e seria convidada a participar de workshops sobre artesanato com materiais naturais encontrados na própria região (dando ênfase à importância da reciclagem), para a vendagem aos turistas, tanto em lojas de souvenirs no local, quanto em feiras de artesanato na cidade.

3.7 MOTIVAÇÃO E EXPECTATIVAS DOS TURISTAS EM RELAÇÃO AO TURISMO DE AVENTURA

O estudo dos fatores que determinam a motivação do turista para se envolver em programas de aventura é essencial para compreender tanto o seu comportamento quanto a segmentação de diferentes perfis de clientes, além da evolução de suas expectativas e necessidades. Ao compreender esses fatores, será possível sinalizar as tendências da procura e as adaptações requeridas do mercado e dos canais de comunicação para atingir diferentes tipos de público. (LÓPEZ-RICHARD e CHINAGLIA, 2004).

Em qualquer atividade humana, as motivações surgem a partir da necessidade de satisfazer certas carências, e nos programas de aventura o ser humano apresenta uma tendência de procura contínua por estímulos positivos (ELIS, 1973, *apud* LÓPEZ-RICHARD; CHINAGLIA, 2004, p. 201).

Observa-se agora a pesquisa feita por LÓPEZ-RICHARD e CHINAGLIA, (2004, p. 208), que mostra o resultado da média das preferências por

fatores associados às qualidades que motivam os participantes a se envolver em corrida de aventura. As qualidades dos locais do percurso e a superação de limites são motivações importantes para a maioria dos competidores, independentemente do perfil. Porém, a discrepância da preferência por percursos técnicos (complexos) entre competidores iniciantes e experientes denota certa adaptação da motivação.

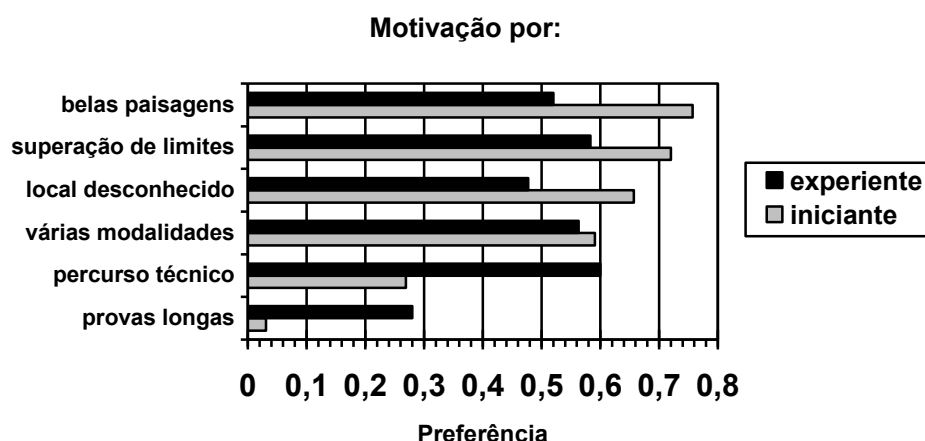


Gráfico 1: motivações segundo perfil (iniciante ou experiente).
 Fonte: Turismo em análise, v. 15, n.2, p. 208, novembro 2004.

Um grau maior de mudança foi obtido na avaliação da referências relativas às expectativas, como pode-se observar nos gráficos das figuras 2 e 3 na próxima página.

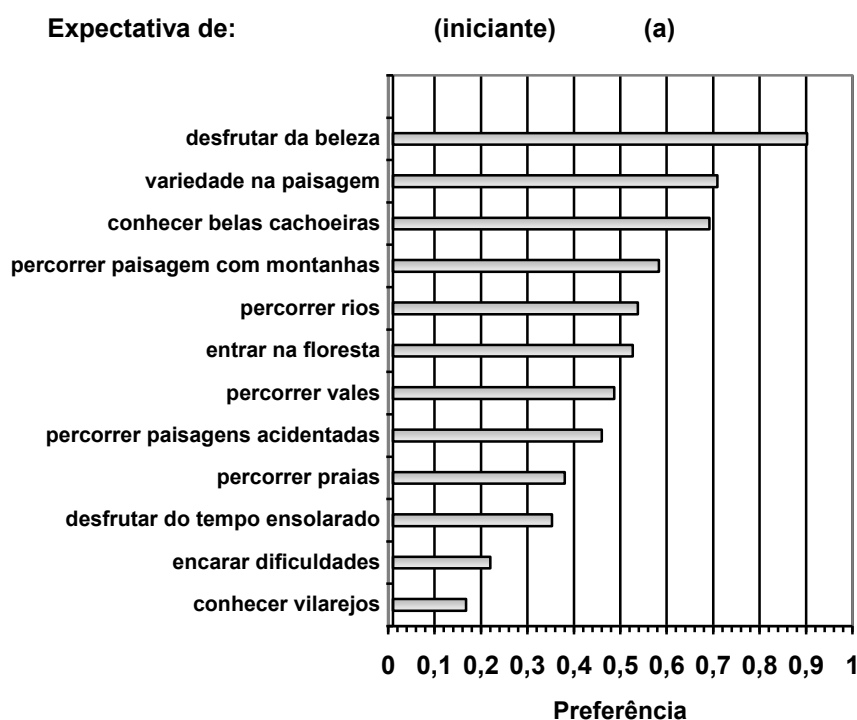


Gráfico 2: expectativas médias dos participantes iniciantes.
 Fonte: Turismo em análise, v. 15, n.2, p. 208, novembro 2004.

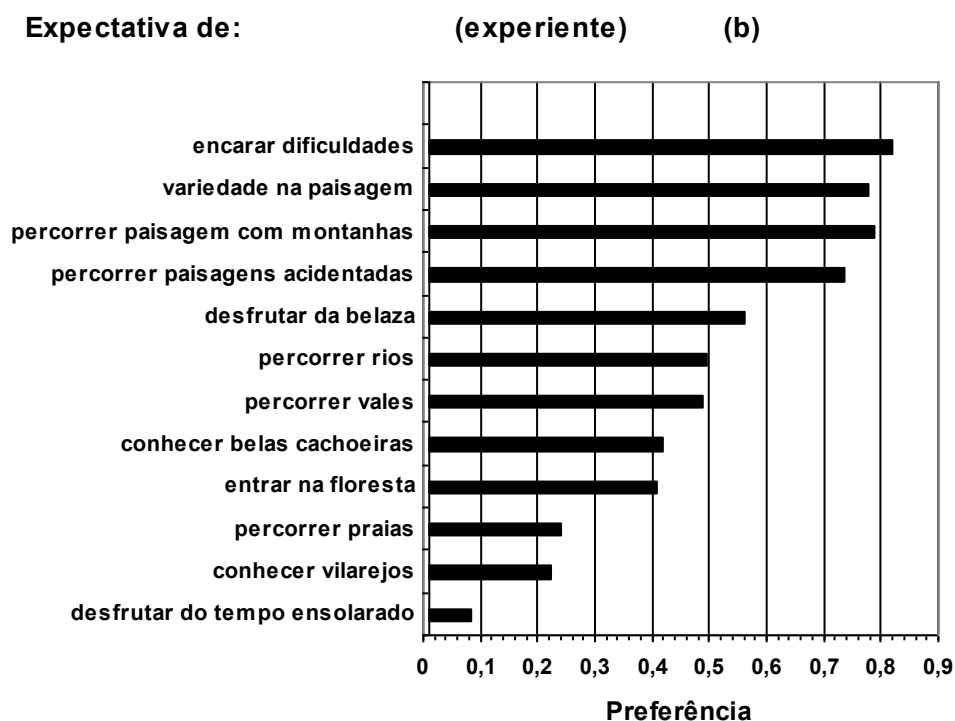


Gráfico 3: expectativas médias dos participantes experientes.
 Fonte: Turismo em análise, v. 15, n.2, p. 208, novembro 2004.

Para compreender essas diferenças deve-se verificar as preferências relativas por modalidades para cada perfil de participantes, que aparece na figura 4. As modalidades preferidas pela maioria dos participantes são aquelas associadas aos métodos tradicionais de expedição – bicicleta e caminhada – porém, é significativa a preferência dos visitantes experientes pela orientação, ela é, sem dúvida, a modalidade mais técnica e complexa desse tipo de atividade.

Preferência por modalidades:

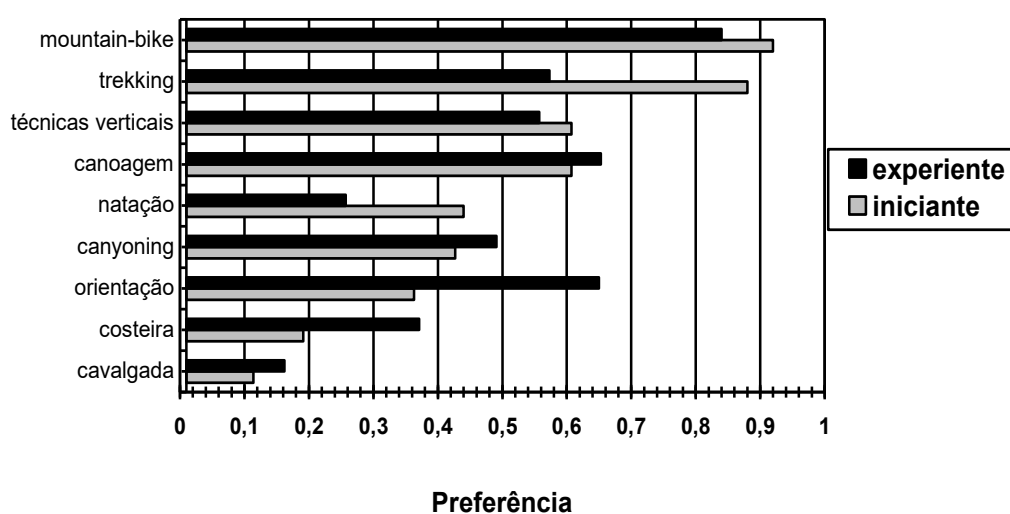


Gráfico 4: Modalidades em ordem crescente segundo a preferência média dos participantes.
Fonte: Turismo em análise, v. 15, n.2, p. 208, novembro 2004.

Através desses gráficos, pode-se perceber que as novas alternativas de lazer, esporte e recreação desenvolvidas na natureza crescem com rapidez, ajustando-se constantemente aos perfis e demandas dos clientes. Nesse processo, ao contrário do turismo de massa, é gerado um ciclo de adaptação entre o cliente e o meio ambiente, modificando suas perspectivas, exigindo uma adequação de programas para ajustá-los às novas motivações e expectativas, tornando assim, o cliente satisfeito.

Por isso, dá-se a importância dessas pesquisas realizadas pelos autores, os conceitos facilitam a compreensão dos fenômenos associados ao comportamento da demanda em programas de aventura, e também em relação à formatação do produto no conceito de marketing, que observa-se a seguir, adequando o produto para as preferências e expectativas da demanda.

3.8 PLANO DE MARKETING TURÍSTICO

Um bom plano de marketing posiciona o produto turístico para a demanda que ele busca atingir, assim evitando gastos desnecessários e aumentando a chance deste produto deslanchar no mercado onde se encontra.

É de grande importância desenvolver um plano de marketing para a Cachoeira do Guariúma. De acordo com PEREIRA (2001, p.43) o plano de marketing consiste em:

Objetivos de marketing do atrativo – “o que refere ao posicionamento, imagem e saber qual mercado este recurso pode atingir, estes objetivos nortearão as ações tática e o plano de marketing;”

Pesquisa de mercado e segmentação – “pesquisa de campo realizada para obter uma avaliação do mercado real e potencial da localidade”, necessária para adequar os recursos às necessidades de mercado, verificação do perfil dos diferentes públicos possíveis de ser atendidos e adequação da estratégia mercadológica a eles;

Análise PFOA/SWOT – “análise dos pontos fortes e fracos (ambiente interno), das oportunidades e ameaças (ambiente externo) da localidade em relação às demais concorrentes que competem pelo mesmo mercado”;

Estratégia de preço, produto e distribuição – “análise dos canais de distribuição mais adequados ao público visado, possíveis adaptações na oferta turística local e consequências da política de preço adotada pelas empresas turísticas líderes da região”;

Estratégia promocional – “escolha dos instrumentos promocionais utilizados para adequar o posicionamento do atrativo aos objetivos determinados. A divulgação do mesmo deve estar sintonizada com a estratégia do produto, preço e distribuição”;

Orçamento – “define os recursos financeiros necessários à execução do plano, quem o irá financiar e quando serão feitos os fluxos de investimento, quantifica os custos e os riscos financeiros envolvidos”;

Descrição e apresentação – “preparação do plano escrito e comunicação adequada aos responsáveis pela sua aprovação e implantação”;

Revisão e atualização – “alterações necessárias no plano decorrentes de mudanças no ambiente político, social, econômico e jurídico, tanto da própria localidade como dos demais competidores”.

O plano de marketing turístico tem a função de viabilizar um futuro desejado em termos de mercado, predeterminando as ações para atingi-lo. Este plano pode ajudar uma localidade a determinar os objetivos e escolher os meios de alcançá-los, atribui responsabilidades, estabelece quando será feito, o quê, porque deve ser feito e quanto será gasto.

O plano de marketing é de extrema utilidade, por meio dele podemos identificar oportunidades de negócios, os pontos a serem desenvolvidos, coordenar ações e revisões, e direcionar a divulgação ao seu público alvo.

Entretanto, existem bons produtos turísticos que se tornaram esquecidos ou mesmo desconhecidos do público, nesse caso o plano de marketing será de grande utilidade para modificar a situação, redirecionando o atrativo, estruturando e adequando a oferta para o público certo e divulgando apropriadamente o local.

Abaixo a esquematização do plano de marketing proposto pelo autor PEREIRA (2001, p. 42).



Figura 32: Esquematização do Plano de Marketing.
Fonte: Pereira, 2001 p. 42

3.9 DESCRIÇÃO DOS ESPORTES DE AVENTURA A SEREM IMPLANTADOS

Arvorismo: é a travessia entre plataformas montadas no alto das copas das árvores, onde os praticantes percorrem um percurso suspenso, ultrapassando diferentes tipos de obstáculos como escadas, pontes suspensas, tirolesas e outras atividades que podem ser criadas. Além de árvores, postes também podem servir de base para a prática do esporte. (www.guiafloripa.com.br)

Chegou ao Brasil em 2001 e Florianópolis tem hoje o maior circuito de arvorismo do país. Porém, como as árvores são baixas, as cordas são colocadas em postes espalhados no meio da mata. São 378 metros de percurso, ou seja, quase duas horas sobre as copas das árvores a doze metros do chão.

Para praticar o arvorismo, não é necessário ser atleta, precisa apenas muita disposição e coragem para superar os desafios. Com a supervisão de monitores treinados e o kit arvorismo (cadeirinha, cabo de segurança, mosquetão, polia e capacete), os aventureiros estimulam a capacidade individual, exercitando o corpo e a mente, desenvolvendo o equilíbrio interior e aliviando o stress diário através da adrenalina. (www.guiafloripa.com.br)

Tipos de Arvorismo:

Contemplativo: Nascido na Costa Rica nos anos 80, esse percurso tem como principal objetivo a observação da natureza. O praticante caminha por passarelas protegidas por redes, que estão suspensas entre as árvores. Esse é o mais indicado como sugestão para implantação na Cachoeira do Guariúma.



Figura 33: Arvorismo contemplativo
Fonte: www.guiafloripa.com.br

Acrobático: Neste tipo de percurso os praticantes precisam de um pouco mais de equilíbrio, coordenação e ousadia. Sempre presos a um cabo de segurança e utilizando equipamentos adequados, os praticantes caminham sobre cabos, se penduram em redes e deslizam em tirolesas. Essa atividade nasceu na França no fim dos anos 90



Figura 34: Arvorismo Acrobático
Fonte: www.guiafloripa.com.br

Mountain Bike / Cicloturismo: Mountain Bike, traduzido literalmente como Bicicleta de Montanha, é um tipo de bicicleta usado no Mountain Biking, uma modalidade de ciclismo na qual o objetivo é transpor percursos com diversas irregularidades e obstáculos. Em alguns países de língua latina o esporte é chamada de Bicicleta todo terreno ou BTT.

No Brasil é chamado de *Mountain Bike* por quem não sabe inglês, ou seja, a grande maioria das pessoas. É também chamado de Ciclismo de Montanha ou *Mountain Biking* e comumente abreviado como MTB ou como BTT - Bicicleta Todo o Terreno. (www.pt.wikipedia.org/Mountain_bike)



Figura 35: Mountain Bike
Fonte: www.guiafloripa.com.br

O *Mountain Bike* é praticado em estradas de terra, trilhas de fazendas, trilhas em montanhas e dentro de parques e até na cidade. É um esporte que envolve resistência, destreza e auto-suficiência. Como é comum a prática do esporte

em locais isolados, o aspecto de auto-suficiência é importante para que o ciclista consiga realizar pequenos reparos em sua bicicleta.

As bicicletas para *mountain bike* diferem das bicicletas de estrada em diversos aspectos:

Usam pneus mais grossos e cardados, que absorvem impactos de forma mais eficiente, possuem maior aderência em terrenos enlameados e oferecem maior controle da bicicleta em terrenos acidentados, na areia e na lama.

Usam amortecedores, para reduzir os impactos sentidos pelo ciclista e permitir maior controle da bicicleta.

Possuem quadros reforçados e mais resistentes, especialmente nas modalidades que incluem saltos e quedas de grandes alturas.

O guidador é mais alto, permitindo uma posição menos inclinada e mais confortável para o ciclista.

Possuem aros de 26" e 24", em vez dos aros 700 do ciclismo de estrada. Os aros costumam ser de parede dupla, reforçados de modo a evitar deformação na ultrapassagem de obstáculos.

As relações de marchas são maiores e mais leves do que as bicicletas do ciclismo de estrada.

O cicloturismo não é uma competição, e sim, uma modalidade voltada ao lazer. É a agradável prática de realizar viagens e longos passeios com uma bicicleta resistente e confortável, que possa ser usada para qualquer jornada, sendo possível adaptar bagageiros. (www.revistadoturismo.com.br/cicloturismo)

Por ser uma prática relativamente recente e ainda pouco difundida no Brasil, não existe uma definição ou conceito para essa forma de usar a bicicleta. Uma paixão, hobby, um estilo de vida, ou tudo isso unido num único objetivo: subir numa bicicleta e com suas próprias forças, alcançar uma meta.

Trekking ou Caminhada: Caminhar por trilhas naturais, desfrutando do contato com a natureza e, ainda por cima, cercado de belas paisagens em locais pouco conhecidos. Quem pratica o *trekking* ou caminhada, tem essa oportunidade, e esse é sem dúvidas o principal motivo que faz do esporte um dos que mais cresce.

Os praticantes da modalidade aliam o prazer em contemplar a natureza com os benefícios da atividade física, tentando fugir do stress do dia-a-dia. Os percursos podem ser curtos ou longos, importando apenas o prazer em caminhar.

O baixo custo da atividade, aliado com os vários níveis de dificuldades, proporciona ao praticante toda a segurança necessária e, é um dos principais motivos para o desenvolvimento do esporte. "Nos últimos anos o crescimento tem sido muito grande. As provas cada vez contam com mais equipes", disse o Diretor do Departamento de *Trekking* da ABEA (Associação Brasileira de Esportes de Aventura), Esdras Martins. (www.oradical.com.br/oqueetrekking)

Por se tratar de uma caminhada, os tênis são de fundamental importância. As botas, por oferecem segurança ao tornozelo nos diversos terrenos, são as mais recomendadas.

O ideal é que se utilize duas meias, uma fina com outra de lã por cima. Dessa maneira estará diminuindo o atrito dos pés com o calçado. As meias de algodão, por encharcarem facilmente, são desaconselhadas para o esporte.

Outro objeto indispensável é a bússola. Para garantir o sucesso na prova é recomendável que se leve mais de uma. É necessário saber utilizar a bússola da maneira correta, já que um erro de direção pode acabar com as chances da equipe.



Figura 36: *Trekking*



Figura 37: *Trekking*

Fonte das fotos: www.oradical.com.br/trekking

Todo praticante vai ter sede e precisa se hidratar durante a prova. É por isso que um cantil, de no mínimo 1 litro, deve estar sempre com o competidor.

Para calcular as distâncias entre os percursos são necessárias calculadoras. É importante que a equipe possua mais de uma, em caso de quebra. As pilhas não podem ser deixadas de lado e o ideal é que se tenham pilhas reservas em caso de falta.

Os relógios individuais são os maiores aliados para que o tempo estipulado em cada parte do percurso seja cumprido. Os modelos digitais facilitam a visualização e oferecem maiores possibilidades.

Os bonés ou chapéus também são de grande utilidade, pois protegem do sol e da chuva, facilitando a leitura das planilhas durante o percurso.

Para a conservação e proteção dos objetos e planilhas, os plásticos são fundamentais. Além disso, para guardar todos os objetos acima, mais canetas, lanterna pequena, kit de primeiros socorros e alimentos energéticos, é necessário uma mochila ou pochete.(www.oradical.uol.com.br/trekking)

Rapel: Uma técnica de descida que o praticante utiliza para transpor obstáculos como prédios, paredões, cachoeiras, entre outros, com o uso de cordas ou cabos.

O termo "*rappel*" vem do francês e significa trazer e recuperar. Apesar de não se saber exatamente quando a técnica foi criada, ela foi utilizada por espeleólogos, que usavam desse recurso para explorar cavernas. (www.oradical.uol.com.br/oqueerapel)



Figura 38: *Rapel*

Fonte: www.guiafloripa.com.br

Existe uma grande discussão sobre o *rapel*, se é um esporte ou apenas uma técnica. Os que acreditam se tratar do esporte encaram como uma atividade divertida e que é utilizada sem outros fins, apenas por diversão. Já os que acreditam se tratar de uma técnica, geralmente a utilizavam como um meio de realizar outra modalidade, outro esporte ou mesmo a trabalho. Segundo o instrutor de *rapel*, Saulo Roberto, a prática tem crescido muito nos últimos anos. "O número de pessoas interessadas na modalidade aumentou muito graças a grande divulgação que o esporte tem conseguido junto à mídia".

Os equipamentos de tem de ter qualidade e apresentarem um bom estado de conservação. Segundo o instrutor de *rapel*, Saulo Roberto, a qualidade é

fundamental. "Você é dependente do equipamento, portanto preste muita atenção se ele é certificado para o esporte e seu estado de conservação é bom".

As cordas geralmente fabricadas de Poliamida, uma fibra sintética resistente ao atrito. Elas são classificadas em dinâmicas e estáticas, as dinâmicas são utilizadas para escaladas e as estáticas para *rapel*, *canyoning*, (resgate).

Os mosquetões são peças feitas de duralumínio, uma liga especial que proporciona grande resistência. A função desse objeto é fazer ancoragens, costuras, prender o escalador a corda, etc.

Os freios oito são fabricados com o mesmo material dos mosquetões e são a ligação do atleta com a corda. As cadeirinhas que são feitas de nylon resistente com costuras especiais. O anel é de poliamida e é usado para ancoragens, resgate e como fitas guias.

Canyoning: consiste em efetuar uma descida no percurso de um rio, saltando de pedra para pedra, com cascatas, lagoas e tobogans naturais resultantes da erosão e da ação da força da água. (mtm.team.com/animacao/desportos)

Durante esta atividade todos os participantes terão que caminhar dentro e fora do rio, efetuar *rapel* nas cascatas, saltos para as lagoas naturais, etc.

Sempre monitorizados por guias experientes, num ambiente natural deslumbrante e rodeados por paisagens extraordinárias.



Figura 39: *Canyoning*
Fonte: www.guiafloripa.com.br

Tirolesa: A Tirolesa sem dúvida é a atividade mais gostosa e emocionante nos esportes de aventura, não exige esforço físico do praticante permitindo sentir a emoção de voar contemplando a natureza por um ângulo diferente.

Originada na cidade (Região) de Tirol - Áustria, a Tirolesa consiste em um cabo aéreo ancorado horizontalmente entre dois pontos, pelo qual o aventureiro se desloca através de roldanas conectadas por mosquetões a uma cadeirinha de alpinismo. Tal atividade permite ao praticante a emoção de voar por vales contemplando as mais belas paisagens.

A tensão da corda é importante para que não se forme uma "barriga" no cabo, o que prejudicaria a trajetória da carga em movimento podendo detê-la antes do final do curso pretendido.



Figura 40: Tirolesa

Fonte: www.brotas.com.br/tirolesa

Essa atividade é praticada em um campo aberto ou de preferência acima de um lago. Geralmente, quando a tirolesa é praticada em um lago, no final do percurso, o aventureiro se solta de seu equipamento e cai na água, assim, acrescentando mais adrenalina e emoção. (www.pt.wikipedia.org/Tirolesa)

Todas essas modalidades apresentadas são propostas de implantação para atividade do Turismo de Aventura na Cachoeira do Guariúma.

3.9.1 Novas tendências do Turismo de Aventura no Brasil

De fato não se pode prever o futuro de nenhum segmento turístico, mas dada à oferta e as empresas especializadas oferecendo esse serviço e uma demanda buscando cada vez mais essa interação com a natureza e por atividades de lazer dentro do turismo juntamente com os avanços tecnológicos cada vez mais rápidos é que torna o turismo de aventura bastante valorizado na promoção do turismo mundial.

O turismo de aventura e o ecoturismo se apresentam como uma das grandes tendências econômicas dentro do turismo, porém vale destacar a preocupação do grupo por esse assunto no que diz respeito às práticas em ambientes naturais, ou seja, seria um provável impacto social e físico devido a busca por tanta sustentabilidade, se seria possível prever impactos futuros.

Por outro lado tem-se em mãos uma poderosa ferramenta educacional, a nossa proposta seria incluir o turismo de aventura e o ecoturismo dentro dos bancos escolares desde os primeiros anos de aula, como matéria obrigatória dentro dos colégios e até mesmo nos bancos universitários em trabalhos de extensão e de conclusão de curso, para que essa consciência seja despertada o quanto antes. (UVINHA, 2005).

De acordo com dados emitidos pela Organização Mundial de Turismo (OMT), algumas implicações que reforçam a tendência do fortalecimento desse segmento, que dentro do turismo é o que mais cresce em torno de 20% ao ano contra 8% de outros setores do turismo.

Sua movimentação financeira em 2000 supera dentro do cenário mundial 120 bilhões de dólares, XAVIER (2002, *apud* UVINHA, 2005).

Diante de tantas possibilidades que o turismo de aventura proporciona, é evidente que a região precisa também se aproveitar desse grande potencial que a Baixada Santista proporciona, para não apenas os turistas mas também a população local.

A ligação dos segmentos com a região se dá aos fatores climáticos e geográficos, como podemos destacar países que merecem destaques como o surfe e o *snorkeling* na Austrália; o *bungee jumping* no Nepal, e muitos outros. Já no Brasil, que é um país extremamente promissor no que diz respeito ao turismo de aventura, por suas belezas e exuberâncias naturais, temos regiões como:

Fernando de Noronha (PE), Chapada Diamantina (BA), Bonito (MS), Chapada dos Veadeiros (GO) e Brotas SP) e por que não acrescentar nessa lista Praia Grande (SP) , são alguns dos destinos ecoturísticos de nosso país (MAGALHÃES, 2001 *apud* UVINHA, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi mostrar que é possível a implantação de um produto turístico voltado ao Turismo de Aventura em Praia Grande.

Houve uma consciência de que não foi fácil encontrar referências bibliográficas específicas, pois esse tema ainda é recente, porém foi encontrado em livros mais atuais o embasamento para enfoque deste trabalho.

Como demonstrado no decorrer do trabalho, essa segmentação turística vem crescendo cada vez mais nas últimas décadas, e a curiosidade das pessoas em relação aos esportes de aventura também.

Obteve-se a felicidade e o privilégio de presenciar uma das cenas mais bonitas do mundo: A NATUREZA! Pura, simples e bela, mas impactante aos olhos de quem vive nos conglomerados urbanos. E nesse contexto, mostrou-se como é importante a conscientização pela preservação ambiental, para que gerações de filhos e netos possam também desfrutar dessa emoção futuramente.

Seria muito importante, que não só órgãos privados tomassem a iniciativa de conscientização, mas também os governos federais e estaduais, pois com esse tipo de divulgação, haveria com certeza, uma melhora da imagem do país no exterior, aumentando o turismo doméstico conseqüentemente.

Tem-se fé de que essa proposta colaboraria para o desenvolvimento do turismo em todas as épocas do ano, movimentando-se assim, o comércio, gerando-se mais renda e empregos para a cidade de Praia Grande.

Este paraíso natural é, sem sombra de dúvida, um achado fenomenal para as práticas esportivas propostas aqui presentes.

É com grande alegria e emoção que encerra-se este trabalho, tendo-se a certeza de que há capacidade de se provar que a proposta é grandiosa e possível em Praia Grande, podendo modificar para melhor a qualidade de vida dos moradores e visitantes.

E considera-se finalmente que a “combinação explosiva”: Natureza X Adrenalina pode gerar, com certeza, o ápice do Turismo de Aventura em toda a região.

Turismo de Aventura: Viva essa emoção!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.
- DOLCI, Tissiane e NEGRINI, Airton. **Turismo de Aventura: Motivações e significados**. Anuário de Pesquisa do Programa de Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS): Caxias do Sul, RS, 2004.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César. **Turismo: Teoria e Prática** 1.ed, 4 tiragem. São Paulo, SP: Atlas S.A, 2001.
- LEMONS, Amália Inês G. de. (Org.). **TURISMO – Impactos Socioambientais**. 3 ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2001.
- LÓPEZ-RICHARD, Victor e CHINAGLIA, Clever Ricardo. **Turismo de Aventura: Conceitos e Paradigmas Fundamentais**. Turismo em análise: Vol. 15; n 2, São Paulo, SP: Aleph, 2004.
- MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo, SP: Roca, 2002.
- MITRAUD, Sylvia (Org.); SALVATI, Sérgio Salazar; ANDRADE, Waldir Joel de **et al.** **MANUAL DO ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA** – Ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, DF: Parceria USAID WWF Brasil, 2003.
- PELLEGRINI, A. **Ecologia cultura e turismo**. 5 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- PEREIRA, Marcos. **Marketing de cidades turísticas**. São Paulo, SP: Chronos, 2001.
- PETROCCHI, Mário. **Turismo, Planejamento e Gestão**. São Paulo, SP: Futura, 1998.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e limites**. São Paulo, SP: Contexto, 2003.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente**. 3 ed. Campinas, SP: Papiro, 2000. (Coleção Turismo).
- SANCHO, Amparo (Dir.); SANCHO, Amparo (Red.) CÓRNER, Dolores Martin Rodriguez (Trad.) BUHALIS, Dimitrios **et al.** **Introdução ao turismo – OMT**. São Paulo, SP: Rocca, 2001.

SIQUEIRA, Fátima Valeria; CÁLIS, Magna Flora e SILVA, Mônica Solange Rodrigues. **Paisagens da Memória: História de Praia Grande**. Praia Grande, SP: Prefeitura da estância balneária de Praia Grande, 2002.

TEIXEIRA, Élder Lins. *Gestão de Qualidade em Destinos Turísticos* 1 reimpressão, Rio de Janeiro, RJ: Rocca, 2002.

UVINHA, Ricardo Ricci. **Turismo de Aventura: Reflexões e tendências**. São Paulo, SP: Aleph, 2005.

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar – Turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo, SP: Contexto, 2001.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

- < <http://www.brotas.com.br/tirolesa>>. Acesso em: out. 2007
- < [http://www .ecotripturismo.tur.br.htm](http://www.ecotripturismo.tur.br.htm)>. Acesso em set. de 2007.
- < <http://www.guiafloripa.com.br>>. Acesso em: set. 2007.
- < [http://www .mtm.team.com/animação/desportos](http://www.mtm.team.com/animação/desportos)>. Acesso em set. de 2007.
- < <http://.www.oradical.uol.com.br/trekking>>. Acesso em: out. 2007
- < <http://www.praia grande.sp.gov.br>> . Acessos em: mar. 2006; jul. 2007; set. 2007.
- < <http://www.pt.wikipedia.org/Tirolesa>>. Acesso em: out. 2007
- < <http://www.rallyape.com.br>> Acesso em: ago. 2007.
- < <http://www.revistadoturismo.com.br>>. Acesso em: jul. 2007
- < <http://www.saopaulo.sp.gov.br/sis/lenoticia.php>>. Acesso em: ago. de 2007
- < <http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/301f.htm>>. Acesso em abr. de 2007
- < <http://www.world-tourist.org>>. Acesso em: abr. 2006
- CD ROM – LEIS ATUAIS sobre **Preservação Ambiental na Mata Atlântica**.

ANEXOS

A - PROJETOS TURISTICOS DE PRAIA GRANDE

Parque de dunas em frente à praia

Um lugar com grandes dunas de areia, cercadas por piscinas, lagos e riachos, repleto de toboáguas e *playgrounds*, localizado em frente à praia. Este é o Duna Water Park, projetado para o antigo Terminal Turístico do Paquetá, numa área de 42 mil metros quadrados.

A praia será incorporada ao parque por meio de uma passarela sobre a avenida Castelo Branco. Ainda está prevista uma completa infra-estrutura, com estacionamento em três níveis com 525 vagas, recepção, lojas de souvenirs, sanitários, vestiários, armários, lanchonetes, berçários, sala de primeiros socorros e bares.



Figura 41

Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br



Figura 42

Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

Avenida se tornará centro de lazer

O bairro Mirim concentra o maior número de colônias de férias da América Latina, com 55 instituições (mais de 10 mil leitos), ao longo da Avenida dos Sindicatos. Visando aproveitar esse potencial, a prefeitura pretende transformá-la em centro de lazer e entretenimento. Além de uma melhor estrutura de recepção, pretende-se implantar quiosques de alimentação e artesanato e o Museu a Céu Aberto. A avenida se dividirá em três praças, com calçadões, estacionamento, sanitários, bancos, floreiras e painéis para exposições. Entre os projetos especiais de turismo, este deverá ser o primeiro a sair do papel.



Figura 43- Avenida dos Sindicatos
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

Portinho vai ganhar charme e infra-estrutura

A área do Portinho, às margens do mar Pequeno, abrigará um dos mais aconchegantes, seguros e belos espaços para shows e lazer do País. O projeto Multiplace Portinho prevê um complexo com centros esportivo e náutico, parque ecológico, quiosques para churrasco e um conjunto de estabelecimentos diversos voltados ao entretenimento, como bares e restaurantes. Bar flutuante, boate com fontes luminosas, lago para pedalinhas, plataformas, playground, estacionamento e vestiários completam o espaço. O local é ladeado por manguezais e tem localização privilegiada, com acesso inclusive por navegação.



Figura 44- Portinho
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br



Figura 45- Portinho
Fonte: www.praiagrande.sp.gov.br

Arena para espetáculos e eventos culturais

Grandes shows culturais e artísticos poderão ser assistidos por 25 mil pessoas na Arena Casa de Portugal. O espaço, voltado para o maciço de granito existente no morro, receberá uma arquitetura arrojada, com arquibancadas em leque, camarotes, palco, camarins, bares, além de estacionamento, espelhos d'água

e jardins. Módulos de serviços de apoio garantem conforto e segurança aos usuários. A área ganha ainda piscinas e quadras de esportes.

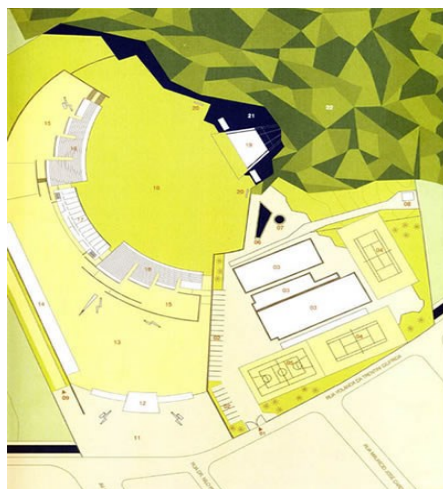


Figura 46- Arena da Casa de Portugal
 Fonte: www.praia grande.sp.gov.br

Educação, ecologia, esportes e turismo em um só lugar

Transformar a Cidade da Criança, em Solemar, em um grande complexo estudantil, esportivo e profissionalizante é o que prevê o projeto de revitalização desse espaço. Haverá módulo de ensino fundamental e médio para mil alunos, com funcionamento em dois turnos, três edifícios para abrigar cursos profissionalizantes e um complexo esportivo, com vestiários e salas de fisioterapia e ginástica. Uma estrutura de apoio vai oferecer acompanhamentos pedagógico e psicológico, refeições e atendimento odontológico. A área turística contará com auditório e espaço para exposições e lojas de artesanato. No local, ainda funcionarão o Horto municipal, minifazenda, praças, playground, capela, restaurante, pesque-pague e estacionamento com 150 vagas. (www.praia grande.sp.gov.br).

Núcleo valorizará cultura popular

Tendo como base a pesquisa que traçou o perfil dos turistas, realizada ano passado pela prefeitura, o empreendimento, a ser instalado no Bairro Antártica, objetiva dar condições dignas de recepção a esse público e também oferecer um espaço para as mais diversas manifestações culturais. Com 38 mil m² e fácil acesso, o complexo terá estacionamento para 550 veículos, guarita de controle, parte

administrativa e um grande centro de convivência, com campo de futebol, playground e 38 quiosques com churrasqueiras. No espaço, também poderão ser realizadas feiras e eventos esportivos. O Centro de Tradições Regionais terá capacidade para 6.400 pessoas e contará com camarins e palco. (www.praia grande.sp.gov.br)



Figura 47- Centro de Tradições Regionais
Fonte: www.praia grande.sp.gov.br



Figura 48- Centro de Tradições Regionais
Fonte: www.praia grande.sp.gov.br

Pier de pesca no canto mais bonito da cidade

Um dos cartões postais de Praia Grande, o Canto do Forte, famoso devido à Fortaleza de Itaipu e pela praia cheia de gente bonita, ganhará uma plataforma de pesca e de passeio próxima ao morro de Itaipu, em direção a alto mar.

A estrutura contará com decks de observação, permitindo aos visitantes apreciar uma paisagem imperdível. O projeto, chamado Praça&Pier, foi desenvolvido pela prefeitura em parceria com o arquiteto Feu Rosa e ainda prevê a reurbanização da praça local. (www.praia grande.sp.gov.br)

“Praça do canhão” ligará calçadão à praia

A praça Duque de Caxias, conhecida como “praça do Canhão”, vai ser ampliada, ganhando um espelho d’água, totens informativos, bancos e bandeiras. Haverá também a ante-sala do forte, com painéis, histórico do Município e maquetes, e, ainda, um posto de informações turísticas, caixas eletrônicos e um espaço para café e comercialização de souvenirs e materiais de pesca. Um novo jardim completará o cenário.

Uma guarita de policiamento e um estacionamento com 133 vagas darão mais conforto e tranquilidade aos frequentadores. O projeto também prevê a construção de um portal de entrada. A praça servirá de ligação entre o calçadão e a praia. As paredes das instalações terão aspecto de “cristal”, para permitir a visão do mar de qualquer ângulo.

Os projetos apresentados pelo prefeito Alberto P. Mourão, baseados em pesquisas realizadas pela prefeitura (sobre as necessidades dos turistas), facilitarão a promoção e divulgação de nossa cidade, ampliando o mercado de trabalho e a diversidade da demanda. (www.praia grande.sp.gov.br)

ANEXO B - LEIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Lei de ordenamento de uso dos recursos naturais do município de Praia Grande.

Este zoneamento foi retirado da Lei de Ordenamento do uso, da ocupação e parcelamento do solo, do Plano Diretor do município, através do site do município.

Zona Especial de Interesse Ecológico - ZEIE 1 - corresponde ao Parque Estadual da Serra do Mar.

Zona Especial de Interesse Ecológico - ZEIE 2 - corresponde ao Parque Estadual do Xixová/ Japuí.

Zona Especial de Interesse ecológico - ZEIE 3 - área de Mangues, objeto do Programa de Implantação do Parque do Piaçabuçu, criado pelo Plano Diretor do Município. Assim, pode-se perceber que todas as leis de zoneamento correspondem a interesses e soluções específicos das elites, atendendo somente, interesses claros e específicos dos bairros da população de alta renda, talvez por este motivo, a área de recomposição (ZECOMP) esta mais próxima de bairros de baixo poder aquisitivo, pois esta área necessita de recuperação a partir de intervenção do poder publico, o que conseqüentemente diminui seu preço.

ART. 55 - Fica vedado o parcelamento do solo para fins urbanos:

VI - nas áreas de preservação ecológica abaixo arroladas, cuja localização e configuração consta na Carta Oficial “Zoneamento”, e cujos perímetros são descritos no Anexo I desta Lei Complementar.

- a) Mangues;
- b) Parque Estadual da Serra do Mar;
- c) Parque Estadual do Xixová;
- d) Faixas de Preservação Permanente, conforme estabelecido no Código Florestal.

Área legalmente protegida ou por unidade de conservação e proteção ao Ecossistema Mata Atlântica (mangue e restinga)

Parque Estadual Xixová / Japuí - Decreto Estadual 37.536/93: Ocupa 5,54 Km², totalizando 2,10% da área de Praia Grande.

Parque Estadual Serra do Mar - Decreto Estadual 10.251/77 e 13.313/79: ocupa 45,31 Km², totalizando 31,25% da área de Praia Grande.

Piaçabuçu: ocupa 8,27 Km², totalizando 5,58% da área de Praia Grande. (www.praiagrande.sp.gov.br).

ANEXO C - LEIS DOS BENS MUNICIPAIS

CAPÍTULO VI DOS BENS MUNICIPAIS

ARTIGO 108 - Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Município tem direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração e energia e de outros recursos naturais de seu território.

ARTIGO 214 - O Município, ao promover a ordenação de seu território, definirá zoneamento e diretrizes gerais de ocupação que assegurem a proteção dos recursos naturais, em consonância com o disposto na legislação estadual pertinente.

ARTIGO 215 - A política urbana do Município e o Plano Diretor, deverá contribuir para proteção do meio ambiente, através da adoção de medidas adequadas de uso e ocupação do solo urbano.

ARTIGO 216 - Nas licenças de parcelamento, loteamento e localização o Município exigirá o cumprimento da legislação de proteção ambiental emanadas da União e do Estado.

ARTIGO 217 - As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente os dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob pena de não ser renovada a concessão ou permissão pelo Município.

ARTIGO 218 - É vedada a utilização para outros fins, de áreas declaradas verdes e logradouros públicos quando da aprovação do respectivo loteamento pela Prefeitura Municipal. **(EMENDA 040/01)**

ARTIGO 219 - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

ARTIGO 220 - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente de obrigações de reparar os danos causados.

ARTIGO 221 - As encostas dos morros só poderão receber construções até 20% (vinte por cento) do total de sua área, ficando obrigado o replantio de toda e qualquer vegetação que por ventura venha a ser destruída.
(www.praia grande.sp.gov.br)

ANEXO D - CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA

Congresso Nacional

Decreto Legislativo No. 2 Preâmbulo

As Partes Contratantes:

Conscientes do valor intrínseco da diversidade biológica e dos valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético da diversidade biológica e de seus componentes: conscientes, também, da importância da diversidade biológica para a evolução e para a manutenção dos sistemas necessários à vida da biosfera, afirmando que a conservação da diversidade biológica é uma preocupação comum à humanidade, reafirmando que os Estados têm direitos soberanos sobre os seus próprios recursos biológicos;

Reafirmando, igualmente, que os Estados são responsáveis pela conservação de sua diversidade biológica e pela utilização sustentável de seus recursos biológicos;

Preocupados com a sensível redução da diversidade biológica causada por determinadas atividades humanas;

Conscientes da falta geral de informação e de conhecimento sobre a diversidade biológica e da necessidade urgente de desenvolver capacitação científica, técnica e institucional que proporcione o conhecimento fundamental necessário ao planejamento e implementação de medidas adequadas;

Observando que é vital prever, prevenir e combater na origem as causas da sensível redução ou perda da diversidade biológica;

Observando também que quando exista ameaça de sensível redução ou perda de diversidade biológica, a falta de plena certeza científica não deve ser usada como razão para postergar medidas para evitar ou minimizar essa ameaça;

Observando igualmente que a exigência fundamental para a conservação da diversidade biológica é a conservação *in situ* dos ecossistemas e dos habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies no seu meio natural;

Observando ainda que medidas *ex situ*, preferivelmente no país de origem, desempenham igualmente um importante papel;

Reconhecendo a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir eqüitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes;

Reconhecendo, igualmente, o papel fundamental da mulher na conservação e na utilização sustentável da diversidade biológica e afirmando a necessidade da plena participação da mulher em todos os níveis de formulação e execução de políticas para a conservação da diversidade biológica;

Enfatizando a importância e a necessidade de promover a cooperação internacional, regional e mundial entre os Estados e as organizações intergovernamentais e o setor não-governamental para a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes;

Reconhecendo que cabe esperar que o aporte de recursos financeiros novos e adicionais e o acesso adequado às tecnologias pertinentes possam modificar sensivelmente a capacidade mundial de enfrentar a perda da diversidade biológica,

Reconhecendo, ademais, que medidas especiais são necessárias para atender as necessidades dos países em desenvolvimento, inclusive o aporte de recursos financeiros novos e adicionais e o acesso adequado às tecnologias pertinentes;

Observando, nesse sentido, as condições especiais dos países de menor desenvolvimento relativo e dos pequenos Estados insulares;

Reconhecendo que investimentos substanciais são necessários para conservar a diversidade biológica e que há expectativa de um amplo escopo de benefícios ambientais, econômicos e sociais resultantes desses investimentos;

Reconhecendo que o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são as prioridades primordiais e absolutas dos países em desenvolvimento;

Conscientes de que a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica é de importância absoluta para atender as necessidades de alimentação, de saúde e de outra natureza da crescente população mundial, para o que são essenciais o acesso a e a repartição de recursos genéticos e tecnologia;

Observando, enfim, que a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica fortalecerão as relações de amizade entre os Estados e contribuirão para a paz da humanidade;

Desejosos de fortalecer e complementar instrumentos internacionais existentes para a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes, e determinadas a conservar e utilizar de forma sustentável a diversidade biológica para benefício das gerações presentes e futuras, acordaram o seguinte:

Artigo 1 - Objetivos

Os objetivos desta Convenção, a serem cumpridos de acordo com as disposições pertinentes, são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e eqüitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado.

Artigo 2 - Utilização de Termos

Para os propósitos desta Convenção:

"Área protegida" significa uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação.

"Biotecnologia" significa qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos, ou seus derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para utilização específica.

"Condições *in situ*" significa as condições em que recursos genéticos existem em ecossistemas e habitats naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

"Conservação *ex situ*" significa a conservação de componentes da diversidade biológica fora de seus habitats naturais.

"Conservação *in situ*" significa a conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

"Diversidade biológica" significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

"Ecossistema" significa um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microorganismos e o seu meio inorgânico que interagem como uma unidade funcional.

"Espécie domesticada ou cultivada" significa espécie em cujo processo de evolução influenciou o ser humano para atender suas necessidades.

"Hábitat" significa o lugar ou tipo de local onde um organismo ou população ocorre naturalmente.

"Material genético" significa todo material de origem vegetal, animal, microbiana ou outra que contenha unidades funcionais de hereditariedade.

"Organização regional de integração econômica" significa uma organização constituída de Estados soberanos de uma determinada região, a que os Estados membros transferiram competência em relação a assuntos regidos por esta Convenção, e que foi devidamente autorizada, conforme seus procedimentos internos, a assinar, ratificar, aceitar, aprovar a mesma e a ela aderir.

"País de origem de recursos genéticos" significa o país que possui esses recursos genéticos em condições *in situ*.

"País provedor de recursos genéticos" significa o país que provê recursos genéticos coletados de fontes *in situ*, incluindo populações de espécies domesticadas e silvestres, ou obtidas de fontes *ex situ*, que possam ou não ter sido originados nesse país.

"Recursos biológicos" compreende recursos genéticos, organismos ou partes destes, populações, ou qualquer outro componente biótico de ecossistemas, de real ou potencial utilidade ou valor para a humanidade. "Recursos genéticos" significa material genético de valor real ou potencial. "Tecnologia" inclui biotecnologia.

"Utilização sustentável" significa a utilização de componentes da diversidade biológica de modo e em ritmo tais que não levem, no longo prazo, à diminuição da diversidade biológica, mantendo assim seu potencial para atender as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras.

Artigo 3 - Princípio

Os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de Direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas políticas ambientais, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem dano ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.

Artigo 4 - Âmbito Jurisdicional

Sujeito aos direitos de outros Estados, e a não ser que de outro modo expressamente determinado nesta Convenção, as disposições desta Convenção aplicam-se em relação a cada Parte Contratante:

(a) No caso de componentes da diversidade biológica, nas áreas dentro dos limites de sua jurisdição nacional; e

(b) No caso de processos e atividades realizadas sob sua jurisdição ou controle, independentemente de onde ocorram seus efeitos, dentro da área de sua jurisdição nacional ou além dos limites da jurisdição nacional.

Artigo 5 - Cooperação

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso, cooperar com outras Partes Contratantes, diretamente ou, quando apropriado, mediante organizações internacionais competentes, no que respeita a áreas além da jurisdição nacional e em outros assuntos de mútuo interesse, para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica.

Artigo 6 - Medidas Gerais para a Conservação e a Utilização Sustentável

Cada Parte Contratante deve, de acordo com suas próprias condições e capacidades:

(a) Desenvolver estratégias, planos ou programas para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica ou adaptar para esse fim estratégias, planos ou programas existentes que devem refletir, entre outros aspectos, as medidas estabelecidas nesta Convenção concernentes à Parte interessada; e

(b) integrar, na medida do possível e conforme o caso, a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica em planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais pertinentes.

Artigo 7 - Identificação e Monitoramento

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso, em especial para os propósitos dos arts. 8 a 10:

(a) Identificar componentes da diversidade biológica importantes para sua conservação e sua utilização sustentável.

(b) Monitorar, por meio de levantamento de amostras e outras técnicas, os componentes da diversidade biológica identificados em conformidade com a alínea (a) acima, prestando especial atenção aos que requeiram urgentemente medidas de conservação e aos que ofereçam o maior potencial de utilização sustentável;

(c) Identificar processos e categorias de atividades que tenham ou possam ter sensíveis efeitos negativos na conservação e na utilização sustentável da diversidade biológica, e monitorar seus efeitos por meio de levantamento de amostras e outras técnicas.

Artigo 8 - Conservação *In situ*

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

(a) Estabelecer um sistema de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica;

(b) Desenvolver, se necessário, diretrizes para a seleção, estabelecimento e administração de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica;

(c) Regulamentar ou administrar recursos biológicos importantes para a conservação da diversidade biológica, dentro ou fora de áreas protegidas, a fim de assegurar sua conservação e utilização sustentável;

(d) Promover a proteção de ecossistemas, habitats naturais e manutenção de populações viáveis de espécies em seu meio natural;

(e) Promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente sadio em áreas adjacentes às áreas protegidas a fim de reforçar a proteção dessas áreas;

(f) Recuperar e restaurar ecossistemas degradados e promover a recuperação de espécies ameaçadas, mediante, entre outros meios, a elaboração e implementação de planos e outras estratégias de gestão;

(g) Estabelecer ou manter meios para regulamentar, administrar ou controlar os riscos associados à utilização e liberação de organismos vivos

modificados resultantes da biotecnologia que provavelmente provoquem impacto ambiental negativo que possa afetar a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, levando também em conta os riscos para a saúde humana;

(h) Impedir que se introduzam, controlar ou erradicar espécies exóticas que ameacem os ecossistemas, habitats ou espécies;

(i) Procurar proporcionar as condições necessárias para compatibilizar as utilizações atuais com a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes;

(j) Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas;

(k) Elaborar ou manter em vigor a legislação necessária e/ou outras disposições regulamentares para a proteção de espécies e populações ameaçadas;

(l) Quando se verifique um sensível efeito negativo à diversidade biológica, em conformidade com o art. 7, regulamentar ou administrar os processos e as categorias de atividades em causa; e

(m) Cooperar com o aporte de apoio financeiro e de outra natureza para a conservação *in situ* a que se referem as alíneas a a l acima, particularmente aos países em desenvolvimento.

Artigo 9 - Conservação *Ex situ*

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso, e principalmente a fim de complementar medidas de conservação *in situ*:

(a) Adotar medidas para a conservação *ex situ* de componentes da diversidade biológica, de preferência no país de origem desses componentes;

(b) Estabelecer e manter instalações para a conservação *ex situ* e pesquisa de vegetais, animais e microorganismos, de preferência no país de origem dos recursos genéticos;

(c) Adotar medidas para a recuperação e regeneração de espécies ameaçadas e para sua reintrodução em seu habitat natural em condições adequadas;

(d) Regulamentar e administrar a coleta de recursos biológicos de habitats naturais com a finalidade de conservação *ex situ* de maneira a não ameaçar ecossistemas e populações *in situ* de espécies, exceto quando forem necessárias medidas temporárias especiais *ex situ* de acordo com a alínea c acima; e

(e) Cooperar com o aporte de apoio financeiro e de outra natureza para a conservação *ex situ* à que se referem as alíneas a a d acima; e com o estabelecimento e a manutenção de instalações de conservação *ex situ* em países em desenvolvimento.

Artigo 10 - Utilização Sustentável de Componentes da Diversidade Biológica

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

(a) Incorporar o exame da conservação e utilização sustentável de recursos biológicos no processo decisório nacional;

(b) Adotar medidas relacionadas à utilização de recursos biológicos para evitar ou minimizar impactos negativos na diversidade biológica;

(c) Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável;

(d) Apoiar populações locais na elaboração e aplicação de medidas corretivas em áreas degradadas onde a diversidade biológica tenha sido reduzida;

(e) Estimular a cooperação entre suas autoridades governamentais e seu setor privado na elaboração de métodos de utilização sustentável de recursos biológicos.

Artigo 11 – Incentivos

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso, adotar medidas econômica e socialmente racionais que sirvam de incentivo à conservação e utilização sustentável de componentes da diversidade biológica.

Artigo 12 - Pesquisa e Treinamento

As Partes Contratantes, levando em conta as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, devem:

(a) Estabelecer e manter programas de educação e treinamento científico e técnico sobre medidas para a identificação, conservação e utilização sustentável da diversidade biológica e seus componentes, e proporcionar apoio a

esses programas de educação e treinamento destinados às necessidades específicas dos países em desenvolvimento;

(b) Promover e estimular pesquisas que contribuam para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, especialmente nos países em desenvolvimento, conforme, entre outras, as decisões da Conferência das Partes tomadas em consequência das recomendações do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico; e

(c) Em conformidade com as disposições dos arts. 16, 18 e 20, promover e cooperar na utilização de avanços científicos da pesquisa sobre diversidade biológica para elaborar métodos de conservação e utilização sustentável de recursos biológicos.

Artigo 13 - Educação e Conscientização Pública

As Partes Contratantes devem:

(a) Promover e estimular a compreensão da importância da conservação da diversidade biológica e das medidas necessárias a esse fim, sua divulgação pelos meios de comunicação, e a inclusão desses temas nos programas educacionais; e

(b) Cooperar, conforme o caso, com outros Estados e organizações internacionais na elaboração de programas educacionais de conscientização pública no que concerne à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica.

Artigo 14 - Avaliação de Impactos e Minimização de Impactos Negativos

Cada Parte Contratante, na medida do possível e conforme o caso, deve:

(a) Estabelecer procedimentos adequados que exijam a avaliação de impacto ambiental de seus projetos proposto que possam ter sensíveis efeitos negativos na diversidade biológica, a fim de evitar ou minimizar tais efeitos e, conforme o caso, permitir a participação pública nesses procedimentos;

(b) Tomar providências adequadas para assegurar que sejam devidamente levadas em conta as consequências ambientais de seus programas e políticas que possam ter sensíveis efeitos negativos na diversidade biológica;

(c) Promover, com base em reciprocidade, notificação, intercâmbio de informação e consulta sobre atividades sob sua jurisdição ou controle que possam ter sensíveis efeitos negativos na diversidade biológica de outros Estados ou áreas

além dos limites da jurisdição nacional, estimulando-se a adoção de acordos bilaterais, regionais ou multilaterais, conforme o caso.

Fonte desse anexo: CD ROM – LEIS ATUAIS sobre preservação ambiental na Mata Atlântica.

ANEXO E – FOTOS DA CACHOEIRA DO GUARIÚMA



Figura 49: Cachoeira do Guariúma
Fonte: foto dos autores.



Figura 50: Cachoeira do Guariúma
Fonte: foto dos autores.

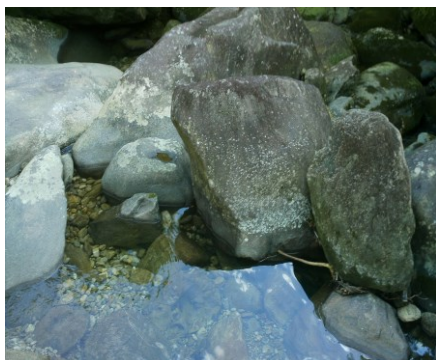


Figura 51: Cachoeira do Guariúma
Fonte: foto dos autores.

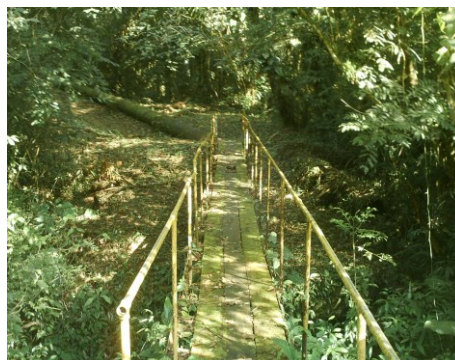


Figura 52: Cachoeira do Guariúma
Fonte: foto dos autores.



Figura 53: Cachoeira do Guariúma
Fonte: foto dos autores.



Figura 54: Cachoeira do Guariúma
Fonte: foto dos autores.

ANEXO F – PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR ITUTINGA PILÕES

O Parque Estadual da Serra do Mar foi criado em 30 de agosto de 1977 através do Decreto nº10.251, de 30/08/1977. Com 315.390 hectares, abriga oito núcleos e se estende de Ubatuba, na divisa com o Estado do Rio de Janeiro, até o município de Pedro de Toledo, no litoral sul, atingindo também parte do planalto paulista e passando por 23 cidades do Estado de São Paulo. Além dos dois municípios já mencionados, estão na área do parque, as cidades de Caraguatatuba, São Sebastião, Bertioga, Cubatão, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, no litoral e as cidades de Cunha, São Luiz do Paraitinga, Natividade da Serra, Paraibuna, Salesópolis, Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes, Santo André, São Bernardo do Campo, Juquitiba, já no planalto paulista, incluindo também parte do território da Capital.

Encontram-se dentro dos limites do parque as cabeceiras formadoras dos rios Paraíba do Sul, Tietê e Ribeira do Iguape. Seus mananciais abastecem toda a Baixada Santista e Litoral Norte, assim como parte da Região Metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, contribuindo inclusive com o suprimento de água da cidade do Rio de Janeiro.

O parque é gerenciado por meio de oito núcleos administrativos com sede em Cunha, São Luiz de Paraitinga (Santa Virgínia), Itanhaém (Curucutu), Ubatuba (Picinguaba), Caraguatatuba, São Sebastião, Cubatão (Itutinga-Pilões) e Pedro de Toledo (Itariru). Estes núcleos configuram um mosaico de situações diversas, caracterizadas em função da ocupação humana e do uso do solo no seu interior e entorno.

Riquezas naturais:

Devido à sua localização, o PESM constitui um verdadeiro corredor ecológico, conectando os mais significativos remanescentes de Mata Atlântica do país. Abriga também diferentes espécies da fauna brasileira: foram catalogadas 373 espécies de aves, 111 de mamíferos, 144 de anfíbios e 46 de répteis, com um total de 704 espécies de vertebrados, o que o classifica como o campeão da biodiversidade entre todas as unidades de conservação do Estado.

Sua existência contribui para a conservação de 19% do total de espécies de vertebrados do Brasil e 46% da Mata Atlântica. Garante também a

proteção de 53% das espécies de aves, 39% dos anfíbios, 40% dos mamíferos e 23% dos répteis registrados em todo o bioma.

A lista de animais encontrados no parque inclui 70 espécies ameaçadas de extinção, sendo 42 espécies de aves, 21 de mamíferos, 4 de anfíbios e 3 de répteis. Das cinco espécies de primatas registradas no Parque, quatro estão ameaçadas: o sagüi-da-serra-escuro, o sauá, o bugio e o miqui ou mono -carvoeiro. Entre os mamíferos de grande porte, os mais ameaçados são a onça pintada, a anta, o cateto e o queixada. A paca, a cotia, o tatu-galinha e o tamanduá mirim, também são consideradas espécies vulneráveis, principalmente pela pressão de caça. Entre as aves ameaçadas, merecem destaque o macuco, jacutinga, papagaio-da-cara-roxa, papagaio-chauá, sabiá-cica, pararu, pichochó, cigarra-verdadeira, gavião-pombo-grande, gavião-pomba.

Das espécies vegetais, a mais ameaçada certamente é o palmito juçara, ou *euterpe edulis*, com alto valor de mercado e cujos estoques concentram-se no interior das mono -carvoeiro. Entre os mamíferos de grande porte, os mais ameaçados são a onça pintada, a anta, o cateto e o queixada. A paca, a cotia, o tatu-galinha e o tamanduá mirim, também são consideradas espécies vulneráveis, principalmente pela pressão de caça. Entre as aves ameaçadas, merecem destaque o macuco, jacutinga, papagaio-da-cara-roxa, papagaio-chauá, sabiá-cica, pararu, pichochó, cigarra-verdadeira, gavião-pombo-grande, gavião-pomba.

Das espécies vegetais, a mais ameaçada certamente é o palmito juçara, ou *euterpe edulis*, com alto valor de mercado e cujos estoques concentram-se no interior das unidades de conservação, onde sua reprodução já se encontra comprometida. O problema se torna ainda mais sério porque as sementes do palmito juçara servem de alimento para espécies de aves, roedores e primatas, entre as quais a jacutinga, cuja sobrevivência já se encontra em estado crítico.

Atrativos:

A região apresenta características histórico-culturais valiosas, que vão desde as manifestações de arte rupestre de povos pré colombianos e os caminhos de pedra que ligavam o litoral ao planalto, até as ruínas de antigos engenhos e os monumentos do Caminho do Mar em homenagem ao centenário da Independência (1922). Em sua área encontram-se, ainda, as usinas Henry Borden e Itatinga, que simbolizam o processo de industrialização de São Paulo e do país.

A área mais atrativa e melhor estruturada é o Pólo Ecoturístico Caminhos do Mar, que compreende o Caminho do Mar e seus monumentos, a Calçada do Lorena e a Usina Henry Borden, localizado no núcleo Itutinga Pilões, que oferece trilhas como a da Cachoeira da Usina, a partir de sua sede em Cubatão.

Destacam-se também o núcleo Picinguaba, com suas praias desertas, as comunidades caiçaras e quilombolas; Santa Virgínia, onde é praticado o rafting pelo rio Paraibuna e atrai visitantes para o pico do Corcovado; São Sebastião, com a caminhada até a Praia Brava, Cachoeiras do Itu e ruínas do sítio São Francisco e o núcleo Caraguatatuba, que abriga a trilha dos Tropeiros e as estradas da Limeira e Rio Pardo, de difícil acesso.

Em Cunha o visitante desfruta a paisagem e o clima da serra da Bocaina, e em Curucutu, no município de São Paulo, os chamados campos montanos. No núcleo Itariru, em Pedro de Toledo, o principal atrativo é o rio São Lourençinho e suas cachoeiras, ainda inexploradas.

O Parque conta com Centros de Visitantes em funcionamento nos núcleos Itutinga - Pilões e Picinguaba. Existem alojamento para pesquisadores nos núcleos Picinguaba, Santa Virgínia, Caraguatatuba, Itutinga Pilões, Curucutu e no núcleo Cunha, que a partir dos anos 80 passou a abrigar o laboratório de pesquisas em hidrologia florestal Walter Emerich. Desde a década de 50, a USP mantém a Estação Ambiental Boracéia, importante base de pesquisa do Instituto de Biociências em Salesópolis, onde já está planejada a implantação do futuro núcleo Rio Claro.

Ocupação:

A localização do Parque entre as duas principais regiões metropolitanas do Estado, torna seus ambientes muito vulneráveis, pois essa é uma das regiões mais habitadas e exploradas do país. A ocupação da região iniciou sua consolidação a partir de 1560, quando os jesuítas, capitaneados pelo Padre José de Anchieta, receberam de Mem de Sá a incumbência de abrir um novo caminho ligando São Vicente ao Planalto e à recém fundada vila de São Paulo de Piratininga.

Atualmente, alguns setores do parques abrigam índios guaranis, em áreas reconhecidas como terra indígena pela FUNAI; além de comunidades caipiras, caiçaras e quilombolas, que, embora em processo acelerado de transformação, ainda representam a cultura dos povos tradicionais da Mata Atlântica.

A pressão urbana, a implantação de infra-estrutura básica para servir a região altamente adensada, como estradas, ferrovias, refinarias, terminais petrolíferos, dutos, portos, indústrias, usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e antenas de rádio, TV e telefonia, barragens e captações de água, são algumas das causas da degradação ambiental e perda de biodiversidade constatadas. Esses problemas somam-se ao turismo desordenado, caça sistemática, extrativismo sem controle, roças de subsistência, monocultura de banana, reflorestamento e agropecuária, ainda que essas ocupações não ultrapassem cerca de 10% do seu território.

Recuperação e preservação:

O Governo de São Paulo, por meio da Casa Militar e de várias Secretarias de Estado, resolveu priorizar a implantação do Parque da Serra do Mar conforme as áreas definidas pelo Plano de Manejo, iniciando suas ações na região de Cubatão, onde a ocupação humana e as pressões ambientais atingiram um ponto crítico, pondo em risco tanto seus moradores, que se encontram em estado de alta vulnerabilidade social, quanto atributos ambientais fundamentais: os mananciais que abastecem a Baixada Santista e a estabilidade das encostas.

Na Secretaria do Meio Ambiente, a Serra do Mar é um dos 21 projetos prioritários, gerenciado pela Secretaria Adjunta do Gabinete, Fundação e Instituto Florestal. O projeto tem o apoio do CDHU, da Secretaria de Habitação, da Polícia Ambiental, da Secretaria de Segurança Pública, e da AGEM - Agência Metropolitana da Baixada Santista, vinculada à Secretaria da Economia e Planejamento.

O Programa de Recuperação Socioambiental em Áreas de Preservação Permanente no município de Cubatão estabelece o congelamento da ocupação urbana desordenada dos Bairros Cota, em áreas de proteção de mananciais e manguezais, com o reassentamento dos seus ocupantes pelo CDHU; a revitalização urbana das Cotas 200 e 95/100; Instalação de infra-estrutura de apoio ao esporte, lazer, cultura, ecoturismo, educação e recuperação ambiental. Prevê também a implantação dos setores Centro, Norte e Sul do Parque Estadual da Serra do Mar; a regularização fundiária de áreas prioritárias para o manejo do Parque e instalação de infra-estrutura de apoio à sua proteção e uso público.

As ações incluem, ainda, a proteção e fiscalização do patrimônio territorial e ambiental; o reassentamento e/ou desocupação da Zona de Ocupação

Temporária; a recategorização da Zona Histórico - Cultural Antropológica; a incorporação de Áreas Adjacentes de interesse ambiental estratégico; a implantação e operação de 20 bases de apoio à proteção e/ou uso público; implantação de 6 novos Centros de Visitantes, com a demarcação de limites e sinalização de acessos, implantação de trilhas para operacionalização em parcerias, co-gestão ou terceirização; produção de sistema de comunicação virtual, e de material de apoio ao programa de uso público - ecoturismo e educação ambiental.

Fazem parte do plano anunciado no dia do aniversário do parque a capacitação de Conselhos Consultivos e comunidades do entorno para a gestão do uso público, patrimônio cultural e recuperação da biodiversidade, além do fortalecimento e capacitação continuada da equipe do Parque.

Fonte: (www.saopaulo.sp.gov.br/sis/lenoticia.php.br - Acesso: Quarta-feira, 29 de Agosto de 2007)

ANEXO G - RALLY A PÉ

Origem do esporte: a palavra Rally quer dizer reunião integração e o esporte Rally surgiu em 1814, foi um grupo de amigos que gostavam muito de carros, resolveram criar um jogo para fazer um Rally, uma reunião que pudessem debater o tema.

Em 1989, quando Jipeiros, praticantes do Rally automobilístico, fizeram uma adaptação do regulamento para o trekking. Passou a ser classificado como um esporte de caminhada ecológica, praticado por equipes de 3 a 6 pessoas. Os participantes devem manter-se na velocidade estipulada pela planilha (caminhada). Portanto, adiantar-se ou atrasar-se faz com que a equipe perca pontos. As velocidades e as dificuldades estão sempre de acordo com o terreno como dos participantes, podendo desta forma ser praticado por pessoas de qualquer idade.

O Rally a Pé de regularidade pode ser considerado um jogo de estratégia. Para navegar, primeiramente familiarize-se com esta simbologia. Se for a primeira vez que está navegando, ou seja, orientando-se por uma planilha para chegar a pontos pré-determinados, preocupe-se mais em acertar o caminho e menos em acertar a velocidade média solicitada.

Para começar, encontre o ponto de partida e procure entender como ele foi descrito na planilha. No exemplo da planilha, você deverá estar parado numa rua ou caminho, tendo à traz uma casa. Você sempre deve estar olhando na direção apontada pela flecha. Achou o lugar? Então é hora de descobrir qual a distância a ser percorrida neste sentido. A planilha consiste de quatro colunas:

Coluna 1: contém a distância em metros. Você verá dois números - o de cima é a distância a ser percorrida até o próximo ponto de referência. O de baixo, a distância acumulada desde o início daquele pedaço da planilha.

Coluna 2: contém simbologias e direções.

Coluna 3: contém, em alguns casos, observações (dicas) sobre o local onde irá passar ou a direção a seguir, ou até mesmo sobre como cumprir uma tarefa específica.

Coluna 4: esta está em branco. Serve para que a equipe marque o tempo (em minutos e segundos) que levou para percorrer este trecho e para que possa saber se está ou não percorrendo o mesmo na velocidade média solicitada. Falaremos disso mais tarde.

Navegação

No nosso exemplo: note que a primeira linha possui os valores 000 e 000, porque você ainda não começou a caminhar. Já a segunda diz 050 e 050, ou seja, desde o ponto de largada 01 até a bifurcação 02 você irá caminhar 50m, e conseqüentemente, a distância acumulada será de 50m. Lembre-se, siga as setas:

Já entre a bifurcação 02 e uma próxima bifurcação 03 à esquerda (pela qual você vai virar também), você irá percorrer 139m, acumulando um total desde a largada de 189m (139m + 50m). Note que nesta linha há também uma observação: lado direito. Dela podemos concluir duas coisas, que estamos no lado direito de uma via (você está mesmo?) e que devemos seguir reto mantendo-se no lado direito até a bifurcação 4, o que também fica claro se interpretarmos corretamente a simbologia.

Se você acha que errou, volte até uma referência anterior da qual esteja seguro e refaça o caminho prestando atenção em pontos de referência e distâncias. Se está no caminho certo, interprete o próximo ponto de referência para não passar reto por ele.

Continuando: Estamos saindo da referência 03. Logo depois dela, seguindo a seta, você deverá chegar na referência 04 depois de andar 122m, concorda? A distância desde a largada, ou seja, o acumulado é de 311m.

Chegamos ao final do primeiro trecho da planilha, tendo percorrido um total de 311m a distância acumulada agora é zerada. Entre referência 4 e 5 percorreremos 185m e o total acumulado também será de 185m. Bom, agora temos uma observação diferente na planilha, ao qual nos dá um tempo para atravessarmos a rua, esse tempo será somado no final, cálculos que explicaremos mais tarde. Depois de percorrermos 220m chegaremos na ref 06, entraremos em uma trilha mais fechada e com mais 43m estamos em casa. Fique tranquilo, na hora de andar as simbologias são tão claras, as referências tão fáceis que nem precisaria de explicação.

Passos

Sempre um integrante da equipe será designado a contar os passos para a equipe saber quando chegaram na metragem pedida em planilha. Mesmo contando passos existe uma possibilidade de erro de até 30%, por isso é importante obedecerem as instruções acima de navegação, visualizando bem as simbologias e referências não ocorre erros.

O contador de passos deverá fazer com apenas uma perna, ou seja, passo completo.

O correto é antes de iniciar a prova, pegar uma distância definida pela organização e calcular quantos passos a pessoa dá nesta distância, caso não seja possível fazer isso, existe uma regra geral que homens tamanhos médio dão um metro e quarenta centímetros no passo e mulheres um metro e trinta centímetros.

Cálculos

Vocês precisam saber a que horas, minuto e segundo terão que estar em cada referência, é lógico que a maioria dos Postos de Cronometragem não estarão nas referências e sim no meio de percurso, mas poderão estar bem próximo do tempo ideal se conseguirem bater o horário calculado na referência.

Inicialmente a velocidade média é de 50 metros por minuto (caminhada de passeio).

Deverão pegar a distância acumulada de 50 metros, dividir por $50 = 1$. Todo valor antes da vírgula significa minuto, ou seja, neste caso 1 minuto, o que veio depois da vírgula devemos multiplicar por 60, neste caso não há nada após a vírgula. Conclusão, nós levamos 1 minuto para chegar na referência 2 devemos somar ao horário de largada.

Vamos agora para referência 4, a última deste trecho. O acumulado é 311 metros, devemos dividir 311 por 50 (velocidade média deste trecho), totalizando 6,22 minutos. 6 quer dizer minutos e vírgula 22 devemos multiplicar por 60, pois dois dígitos após a vírgula significa centésimo de minuto. Totalizando 6 minutos e 13 segundos para chegarmos a referência 4

Devemos somar esse tempo ao horário de largada. Agora faremos a referência 05. 185 metros dividido pela nova velocidade média, afinal mudamos de trecho. 185 dividido por 60 metros por minuto = 3,08 .03 quer dizer minutos e .8, ou seja o que ficou depois da vírgula, devemos multiplicar por 60, totalizando 05 segundos.

Conclusão, para chegarmos na referência 05 levamos 3 minutos e 05 segundos mas devemos somar ao horário da referência 04. Para referência 6 os cálculos continuam da mesma forma, mas não podemos esquecer de somar os 4 minutos para travessia na referência 5.

E assim caminha a prova, nunca esqueçam de acrescentar os tempos de descanso que muitas vezes são descritos na coluna observação.

Quanto custa?

Os valores de inscrição do Rally a Pé de regularidade podem variar de R\$10,00 à R\$25,00.

Para provas urbanas esta variação fica entre R\$10,00 e R\$20,00 e provas rurais podem chegar à R\$25,00.

Lembrando que os valores cobrados nos eventos são superiores aos números acima descrito devido a inclusão de almoço e seguro, além dos valores retidos para os prêmios no final do ano.

ANEXO G A – DEMONSTRAÇÃO DE PLANILHA DE NAVEGAÇÃO

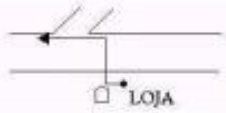
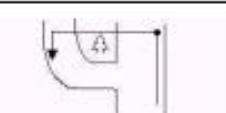
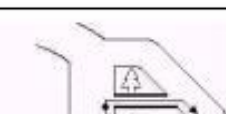
DISTÂNCIA (metros)	REFERÊNCIA LOCALIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES	TEMPO
VELOCIDADE MÉDIA = 50 m/min			
000 000	 01	LARGADA	
050 050	 02	Lado direito.	
139 189	 03		
122 311	 04		
VELOCIDADE MÉDIA = 60 m/min			
185 185	 05	CARTILHA: 4 minutos para atravessar até o Citibank e continuar caminhando na calçada, na velocidade acima, na direção da Drogaria Onofre.	
220 405	 06		
043 448	 07	CHEGADA!!!	
01			

Figura 55: Demonstração de planilha de navegação
 Fonte: www.rallyape.com.br